



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

Âmbito das responsabilidades do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras anuais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRFs) que dêem uma imagem fiel da situação financeira do FNB Moçambique, S.A. ("o banco") no termo do exercício, bem como dos seus resultados e fluxos de caixa do exercício e outras informações contidas no presente relatório.

Na preparação das demonstrações financeiras anuais, foram aplicadas políticas contabilísticas adequadas e foram feitas estimativas razoáveis. O Conselho de Administração aprova mudanças significativas nas políticas contabilísticas, no entanto, não houve alterações às políticas contabilísticas durante o exercício.

O Conselho de Administração é responsável pelo sistema de controlo interno do banco. Para possibilitar os administradores a cumprirem com estas responsabilidades, o Conselho de Administração estabeleceu as normas para o controlo interno por forma a reduzir o risco de erro ou perda de uma forma rentável. As normas incluem a delegação de responsabilidades dentro de um padrão claramente definido, procedimentos contabilísticos e uma adequada segregação de funções, por forma a assegurar um nível aceitável de risco. O foco da gestão de risco na empresa centra-se na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco em todo o banco.

A função de auditoria interna do banco, que funciona de forma livre e independente da gestão operacional e tem acesso irrestrito ao Comité de Auditoria, analisa, avalia e quando necessário, recomenda melhorias nos sistemas de controlo interno e nas práticas contabilísticas, com base em planos de auditoria que levam em consideração os graus de risco relativo de cada função ou aspecto da actividade.

O Comité de Auditoria, juntamente com os auditores internos e externos, desempenha um papel abrangente em matérias relativas ao controlo financeiro e interno, às políticas contabilísticas, à prestação e divulgação de informações. O Comité de Auditoria está convencido que os auditores externos são independentes. Com base nas informações e explicações dadas pela administração do banco e pela auditoria interna, nada chegou ao conhecimento do Conselho de Administração para indicar que os controlos internos são insuficientes e que os registos financeiros não possam ser invocados na preparação das demonstrações financeiras anuais de acordo com as NIRFs e manter a prestação de contas de activos e passivos do banco. Nada chegou ao conhecimento do Conselho de Administração a indicar qualquer falha no funcionamento dos controlos internos, resultando em uma perda material para o banco, durante o ano em análise.

O banco adopta uniformemente políticas contabilísticas adequadas e reconhecidas e as normas do Banco de Moçambique, sendo estas suportadas por avaliações e estimativas razoáveis e prudentes, numa base coerente. As demonstrações financeiras anuais do banco cumprem as NIRFs.

O Conselho de Administração não tem razões para julgar que a continuidade da actividade do banco não se verificará no próximo exercício, com base nas projecções e recursos de caixa disponíveis. Em consequência, as presentes demonstrações financeiras anuais foram preparadas com base nessa premissa.

É da responsabilidade dos auditores externos, Ernst & Young avaliar a apresentação apropriada das demonstrações financeiras anuais. O seu relatório sem ressalvas, destinado aos accionistas do banco, figura na página 4 do presente relatório.

Aprovação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras do FNB Moçambique para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Março de 2017 e foram assinadas em sua representação por:

J Macaskill	J Maree
Presidente	Administrador Delegado
Chairman	Managing Director

Declaração do Presidente do Conselho de Administração

Revisão económica

Nos países exportadores de commodities, os governos tendem a reduzir o investimento em infra-estrutura e serviços sociais em resposta a uma queda acentuada das receitas. A economia mundial cresceu 2,2% em 2016; a taxa de crescimento mais baixa desde a recessão global de 2008. As Nações Unidas (ONU) estimam que o Produto Interno Bruto (PIB) mundial irá aumentar em 2,7% em 2017 e em 2,9% em 2018. A melhoria moderada nos indicadores sinaliza mais estabilização económica do que uma recuperação robusta e sustentável da economia internacional.

O comércio mundial de bens e serviços aumentou apenas 1,2% em 2016. A previsão das Nações Unidas é de um aumento de 2,7% em 2017 e de 3,3% em 2018. Entre os factores de baixo crescimento, está a liberalização do comércio mundial. Conforme destacado pela ONU, as incertezas que podem impactar as estimativas de recuperação económica são as relações internacionais, causadas pela saída da Grã-Bretanha da União Europeia, a chamada "Brexit", bem como o comércio, e as mudanças relativas à imigração impostas pelo recém-eleito Governo do Presidente dos EUA Donald Trump.

Os países em desenvolvimento continuam a ser os principais impulsionadores do crescimento global e representam cerca de 60% do crescimento do PIB mundial entre 2016 e 2018. O Leste e o Sul da Ásia continuam a ser as regiões mais dinâmicas do mundo, graças à forte procura interna e às políticas macroeconómicas para apoiar a economia. A ONU também ressalta que o crescimento do PIB nos países menos

desenvolvidos (47 nações da África e da Ásia mais Haiti) ficará aquém da meta de 7% estabelecida nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Este grupo de países deverá crescer 5,2% em 2017 e 5,5% em 2018. Embora estas economias tenham sido lentas na sua recuperação, espera-se um ritmo acelerado de crescimento para o segundo semestre de 2017. Ainda assim, um motivo de preocupação é o custo oneroso da recuperação, ou seja, os pacotes de estímulo em massa. Muitas economias desenvolvidas atingem níveis recordes de dívida em relação a sua produção económica. Isto é especialmente oneroso para Moçambique, que levará muitos anos para que essas posições de dívida sejam controladas, gerando uma preocupação crescente com a sustentabilidade da recuperação.

Economia Moçambicana

Essas condições exerceram pressão sobre a balança de pagamentos da economia, precipitando alguma redução de emprego ao longo do ano, especificamente para indústrias de exportação mais integradas no país, como o alumínio.

Ao longo do exercício financeiro de 2016, observamos um contínuo abrandamento da actividade económica; declínio do investimento público e privado, especialmente nas indústrias extractiva e petrolífera, acompanhada por inflação crescente, restrições significativas de crédito e desvalorização severa da moeda local. Na tentativa de reduzir esses efeitos, o governo e o Banco Central intensificaram suas medidas de política monetária para apoiar o sector financeiro e bancário e proteger a economia da recessão.

O crescimento do PIB de Moçambique desacelerou ainda mais no quarto trimestre de 2016, expandindo apenas 1,1% ano-a-ano. De forma cumulativa, o sector manufacturero apresentou o maior crescimento em 2016, com expansão de 7,3%; o sector industrial cresceu 5,4%; enquanto o sector de serviços cresceu 5,3%. Como era de esperar, devido a condições climáticas adversas, o sector agrícola apresentou o crescimento mais lento, com expansão de 2,7% em 2016. Globalmente, o PIB real cresceu 3,3% em 2016, comparado a 6,6% em 2015.

O declínio das exportações deveu-se tanto a uma redução da procura global como ao declínio associado dos preços dos principais produtos de exportação de Moçambique. Isso resultou em um declínio substancial no produto das exportações. O impacto negativo resultante sobre o deficit comercial do nosso país foi pronunciado, o que se ampliou ao longo do período, exercendo maior pressão sobre o Metical, durante a maior parte do ano. Isso resultou em uma queda de 35% na moeda local em relação ao dólar norte-americano, acompanhada por uma queda de 43% de seu valor em relação ao Rand Sul-Africano, as duas moedas internacionais mais negociadas no país. Consequentemente, a moeda local fechou o ano em MT 71,35 e MT 5,20 para o dólar norte-americano e Rand sul-africano, respectivamente.

A inflação do IPC de Dezembro foi de 25,3% ano-a-ano, marcando o 13º mês consecutivo em que a inflação medida pelo IPC foi de dois dígitos e o sexto mês consecutivo de inflação superior a 20% ano-a-ano. A economia de Moçambique continua a enfrentar pressões inflacionistas intensas, impulsionadas pela combinação de um rápido enfraquecimento da moeda local e pelo aumento dos preços dos alimentos na sequência de uma seca regional.

Após atingir o pico de quase 3,5 bilhões de dólares norte-americanos em Agosto de 2014, as reservas externas brutas de Moçambique assumiram uma tendência descendente, caindo para cerca de 2,4 bilhões dólares norte-americanos até o final de 2015. As reservas externas brutas diminuíram 18,2%, para 1,97 bilhão dólares norte-americanos em 2016. A forte redução das reservas cambiais do país no ano passado deveu-se, em grande parte, à dificuldade do Metical, com o Banco Central a intervir no mercado de câmbios para conter a queda da unidade local. Os fluxos mais baixos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) estão relacionados com o abrandamento da evolução dos mega projectos e o crescimento das exportações em 2016, particularmente na indústria do carvão, o que agravou as já significativas dificuldades decorrentes da rápida desvalorização da moeda local. A expectativa é que as reservas de divisas do país cresçam para 2,3 bilhões dólares norte-americanos até o final deste ano e subam para 2,6 bilhões dólares norte-americanos até o final de 2018, à medida que o país vê um retorno nos fluxos de investimento e no desenvolvimento da economia. O sector de gás natural liquefeito (GNL) começa a acelerar. Dito isto, o desenvolvimento do sector de GNL continuará a exigir substanciais importações de mercadorias e serviços, o que aumentará a pressão descendente sobre a cobertura de importação do país. Dessa forma, a cobertura de importação do país deverá diminuir ao longo do período de 2016-2018, apesar da recuperação projectada dos níveis de reservas externas.

Sector financeiro Moçambicano

O mercado bancário é altamente competitivo, com os participantes dominantes do mercado continuando a instalar balcões em todo o país, em linha com o objectivo do Governo para a inclusão financeira com o foco na melhoria da representação bancária em áreas rurais e áreas com cobertura bancária insuficiente do país.

O sector financeiro Moçambicano está em vias de desenvolvimento, reflectindo ainda um baixo nível de intermediação financeira que pode ser atribuído a uma série de factores, que incluem:

- Cobertura limitada por agências de crédito;
- Fraca infra-estrutura física (por exemplo, electricidade instável e serviços de transporte deficientes);
- Elevados custos de empréstimos;
- A dificuldade em usar imóveis como garantia de empréstimo, uma vez que toda a terra é de propriedade do Estado;
- Insuficiência de informação financeira das pequenas e médias empresas (PME) devido à falta de contabilistas qualificados no país;
- Taxa de urbanização muito baixa; e
- Pouca transparência nas comissões e nas taxas.

Desempenho do banco

Apresentamos as demonstrações financeiras do FNB Moçambique S.A. (FNBM) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, com comparativos de 2015, analisados em maior detalhe neste relatório. As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e conforme estipulado no Aviso n.º 4 / GBM / 2007 do Banco de Moçambique (BdM) de 30 de Março de 2007.

Os principais indicadores de gestão do FNBM são apresentados na tabela abaixo:

Síntese de indicadores (valores em MT'000)	2016	2015	Varição homóloga
Principais rubricas do Balanço			
Crédito total (deduzido de perdas por imparidade)	7 149 626	7 702 338	-7%
Activo líquido	15 434 500	13 203 415	17%
Depósitos de clientes e de OIC's	12 596 316	10 331 915	22%
Recursos alheios	13 268 423	10 716 413	24%
Recursos próprios	2 166 077	2 487 002	-13%
Crédito vencido	1 281 597	623 673	105%
Principais rubricas da Demonstração de Resultados			
Margem financeira	1 191 458	767 792	55%
Perdas por imparidade no crédito concedido	(543 068)	(85 545)	535%
Receitas financeiras / serviços bancários	599 893	733 738	-18%
Produto bancário	1 248 283	1 415 985	-12%
Custos administrativos	(1 707 602)	(1 097 127)	56%
Resultados do exercício	(320 925)	242 081	-233%
Cash flow do exercício	2 807 046	154 296	1719%
Principais indicadores de Desempenho			
Rádios de Rendibilidade			
Resultado do exercício / activo líquido (ROA)	-2,08%	1,83%	213%
Resultado do exercício / capitais próprios (ROE)	-14,82%	9,73%	252%
Produto bancário / activo líquido	8,09%	10,72%	-25%
Rádios prudenciais			
Rácio de solvabilidade	13,5%	15,7%	-14%
Rácio de cobertura do imobilizado	210,0%	237,0%	-11%
Eficiência			
Activo líquido / nº de trabalhadores	35 239	32 203	9%
Rácio custo / rendimento (excluindo imparidade no crédito)	95,3%	73,1%	30%
Principais meios			
Trabalhadores - quadro de pessoal	438	410	7%
ATMs	103	89	16%
Agências	19	16	19%
POS	2 370	1 405	69%

Modelo de imparidade

Atendendo que o agravamento do clima económico continuou até o ano financeiro de 2016, foi tomada uma decisão da gestão que visa aumentar, de forma conservadora, o índice de cobertura da provisão para créditos incobráveis. A decisão da gestão do FNBM de aumentar o índice de cobertura, em vez da deterioração do ambiente de crédito, permite que o banco esteja melhor posicionado para proactivamente gerir e abordar os riscos de crédito enfrentados pelo país no momento.

Governança corporativa

O banco está comprometido com os princípios de transparência, responsabilidade, ética e integridade. O Conselho de Administração do banco reconhece que, como centro da função de governação corporativa, é em última instância responsável pelo desempenho e assuntos do banco.

Conselho de Administração

Os estatutos do banco prevêem um Conselho de Administração composto por onze (11) membros. O Conselho de Administração conta actualmente com 9 Administradores dos quais três são independentes não executivos. O Presidente do Conselho de Administração é um Administrador não executivo independente. Os administradores reúnem uma vasta experiência das suas próprias áreas de negócios e garantem que o debate sobre questões de estratégia, política, progresso e desempenho é robusto, informado e construtivo.

O Conselho de Administração é responsável por rever e orientar a estratégia corporativa, os principais planos de acção, política de risco, receitas anuais e orçamentos de despesas de capital, bem como a monitorização do desempenho corporativo.

Todos os administradores têm acesso ao aconselhamento e serviços do secretariado da empresa, que é responsável perante o Conselho de Administração. O secretariado deve assegurar que o Conselho de Administração siga os procedimentos, regras e regulamentações aplicáveis.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

A filosofia de liderança do banco baseia-se no princípio de que o Conselho de Administração e da gestão executiva do banco são duas funções distintas. Desta forma, existe uma clara divisão de responsabilidades entre o papel do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado. Todos os Administradores não executivos estão sujeitos à rotatividade e reeleição periódica pelos accionistas de acordo com os estatutos do banco. A nomeação de novos Administradores requer a aprovação do Conselho de Administração como um todo e está sujeita à aprovação do Banco de Moçambique. A nomeação de novos Administradores também está sujeita à observância da Lei Bancária da África do Sul de 1990 (*South African Bank Act of 1990*) e à aprovação pelo Banco Central Sul Africano (*South African Reserve Bank - SARB*) como o regulador do país de origem.

Ao nomear os Administradores, o Conselho de Administração tem em conta as suas necessidades em termos de habilidades, experiência e demografia diferentes, a fim de otimizar a sua eficácia. Os Administradores que fizeram parte do Conselho de Administração por um período prolongado, são capazes de providenciar informações valiosas sobre questões baseadas na sua compreensão da história, políticas e objectivos do banco.

Os Administradores que ocuparam o cargo durante o ano de 2016 foram:

Nome	Designação	Nacionalidade
J. Macaskill	Presidente Independente Não executivo	Sul-africano
J. Jafar	Independente Não executivo	Moçambicano
J. Chilengue	Não executivo	Moçambicano (Cessou 27/12/2016)
R. Cumbi	Independente Não executivo	Moçambicano
J. Khethe	Não executivo	Sul-africano
L. Jordaan	Não executivo	Sul-africano
L. Chachine	Não executivo	Moçambicano
W. Adams	Não executivo	Sul-africano
J. Maree	Administrador Delegado	Sul-africano (nomeado em 14/07/2016)
G. Pereira	Administradora Delegada	Sul-africana (cessou 16/08/2016)

Os membros do Conselho Fiscal que ocuparam o cargo durante o ano de 2016 foram:

R. Walker	Presidente Independente Não executivo	Britânico
A. Hamid	Independente Não executivo	Moçambicano
C. Warren	Não executivo	Sul-africano

Governança do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem pelo menos quatro (4) reuniões agendadas por ano. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem:

- Aprovar a direcção estratégica e o orçamento necessário à sua implementação;
- Monitorar o desempenho do banco em relação aos objectivos estabelecidos;
- Garantir que os processos de gestão de riscos, os controlos internos e os sistemas de gestão empresarial e de apoio à decisão sejam adequados para alcançar os objectivos estabelecidos; e
- Assegurar que o banco adopte um processo de boa governação corporativa.

Comissões do Conselho de Administração

Para assistir o Conselho de Administração no cumprimento de sua responsabilidade em matéria de governação corporativa, foram estabelecidas várias comissões do Conselho de Administração. Essas comissões do Conselho de Administração têm termos de referência específicos e prestam contas ao Conselho de Administração.

Comissão de Auditoria

Esta comissão é composta por quatro (4) membros no Conselho de Administração e as reuniões são realizadas pelo menos quatro (4) vezes por ano. Esta comissão auxilia o Conselho de Administração no cumprimento de suas obrigações nos termos do Aviso n.º 4/GBM/2007 do BdM e da lei comum moçambicana; a lei das Empresas da África do Sul n.º 71 de 2008, a Lei Bancária Sul-Africana n.º 94 de 1990 e a Lei Sul-Africana de Serviços Financeiros e Serviços Intermediários n.º 37 de 2002. Em particular, monitora os controlos financeiros, sistemas contabilísticos e relatórios aos accionistas. Avalia também a gestão dos riscos financeiros. Os auditores externos e internos têm livre acesso ao Presidente da comissão.

A Lei Bancária e de Serviços Financeiros (*The banking and financial services act*) impõe responsabilidades adicionais ao Conselho de Administração e à Comissão de Auditoria do banco, sobretudo no que diz respeito aos relatórios anuais sobre o funcionamento do sistema de controlo interno do banco e sobre a sua viabilidade permanente enquanto empresa em actividade.

Comissão dos Assuntos dos Administradores e Governação

Esta comissão é composta por três (3) membros do Conselho de Administração e as reuniões são realizadas quatro (4) vezes por ano. Esta comissão é encarregada de determinar e avaliar a adequação e eficiência das estruturas e práticas de governação corporativa do banco. A comissão regularmente revisa os actuais estatutos do Conselho de Administração e das comissões do Conselho de Administração e faz recomendações ao Conselho de Administração sobre as mudanças necessárias.

Comissão de Risco, Capital e Compliance

Esta comissão é composta por quatro (4) membros do Conselho de Administração e as reuniões são realizadas quatro (4) vezes por ano. Esta comissão é encarregada de

avaliar, monitorar e implementar sistemas e controlos para garantir que os riscos sejam adequadamente geridos. A comissão também é responsável por garantir que o banco cumpra com todas as leis e regulamentos, e que o banco esteja capitalizado de forma adequada e otimizada.

Os riscos de Tesouraria são administrados através da Comissão de Activos, Passivos e Capital (ALCCO), que é uma comissão de gestão que faz parte da Comissão de Risco.

Comissão de Remuneração

Esta comissão recomenda para aprovação do Conselho de Administração a remuneração dos executivos e colaboradores do banco. O banco procura proporcionar recompensas e incentivos para a remuneração de seus colaboradores que reflectem níveis de desempenho. Estudos externos independentes e comparações são usados para garantir que os trabalhadores sejam recompensados de forma justa. Esta comissão é composta por três (3) membros do Conselho de Administração e as reuniões são realizadas pelo menos duas (2) vezes por ano.

O Conselho de Administração e suas subcomissões realizaram reuniões regulares ao longo do ano, que foram regularmente atendidas por todos os membros. A estrutura de membros do Conselho de Administração e de suas subcomissões cumpre com as melhores práticas de governação corporativa.

Gestão de Risco

Risco de crédito

O risco de crédito resultante da possibilidade de perda financeira decorrente do incumprimento por parte do cliente ou contraparte em relação às obrigações contratuais com o banco, no âmbito da sua actividade de concessão de crédito, é o risco mais significativo ao qual a actividade do FNBM está exposta. A sua gestão e controlo são apoiadas pela utilização de um sistema de identificação, avaliação e quantificação de riscos, que está a ser continuamente aperfeiçoado.

A gestão de risco associada à concessão de crédito é uma das preocupações e áreas dominantes de actividade. A concessão de crédito está sujeita a critérios prudenciais, baseados na análise económico-financeira e no perfil de risco, que acompanha a monitorização preventiva dos clientes. O FNBM prosseguiu com a sua política de monitorização e controlo para medir e controlar a evolução do risco de crédito e, simultaneamente, uma abordagem para mitigar potenciais perdas, permitindo a definição e implementação atempadas de medidas objectivas para situações específicas cujas especificidades são indicativas de deterioração do risco.

Risco de mercado

O banco assume exposição a riscos de mercado, que é o risco de reavaliação adversa de qualquer instrumento financeiro como consequência de mudanças nos preços ou taxas de mercado. Os riscos de mercado decorrem de posições abertas em produtos de taxa de juros, divisas e títulos, todos expostos a movimentos gerais e específicos do mercado e a mudanças no nível de volatilidade de taxas de mercado ou de preços como taxas de juros, spreads de crédito, taxas de câmbio e preços das acções.

Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de eventos com impacto negativo nos lucros ou no capital resultante da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, comportamento de pessoas, sistemas de informação ou de causas externas, incluindo o risco legal.

Para a minimização do risco operacional, os procedimentos de controlo interno são constantemente aperfeiçoados e actualizados, permitindo o rigoroso cumprimento das orientações e regulamentos internos e os estabelecidos pelas autoridades de supervisão do sector bancário, contribuindo assim para a manutenção da qualidade de serviço junto dos clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco actual ou futuro que deriva da incapacidade de pagar passivos à medida que eles vêm, sem incorrer em perdas inaceitáveis. Neste contexto, o FNBM continuou a manter uma atitude prudente e sólida em relação à gestão do risco de liquidez, a fim de assegurar a manutenção da sua capacidade de resolver a sua responsabilidade perante terceiros.

Risco cambial

A gestão do risco cambial continuou a ser uma prioridade constante para o ano de 2016. No seguimento da fiscalização e auditoria realizada no ano passado, a gestão dos activos e passivos em moeda estrangeira foi efectuada através de um controlo rigoroso da posição de balanço diário de cada moeda, mantendo o seu alinhamento com uma posição quase neutra no final do dia, para evitar a exposição das posições líquidas das moedas face às respectivas flutuações cambiais.

Função de Compliance

O banco possui uma função de compliance cuja responsabilidade é monitorar o cumprimento do ambiente regulamentar e dos vários processos e procedimentos de controlo interno. A estes agregam-se elementos de ética e governação corporativa.

O banco adoptou as políticas referentes à KYC - Conheça o Seu Cliente e Combate ao Branqueamento de Capitais. O risco de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo é uma objectiva que agrega a preocupação de adoptar diligentemente políticas referentes à - Conheça Seu Cliente (*Know you are customer - KYC*), - Conheça Seu Fornecedor (*Know you are supplier - KYS*), Conheça Seu Colaborador/ Empregado (*Know you are employee - KYE*) incluindo aspectos de *Due diligence* entre outros que adiram à legislação actual nessas áreas.

Expansão de serviços financeiros

Temos a honra de ser um cidadão corporativo sólido de Moçambique, parceiro no crescimento e desenvolvimento do nosso país, um sentimento que deriva do reconhecimento do âmbito e da dimensão dos problemas enfrentados pelas nossas comunidades. É com esta filosofia em mente que o nosso banco permanece totalmente dedicado ao desafio colocado pelo nosso Governo para levar a banca para o povo de Moçambique e está criativamente a pesquisar alternativas digitais para garantir um modelo inovador e sustentável que nos trará mais perto de tornar isso uma realidade. Entendemos que estes desafios não são exclusivos do nosso país, mas são desafios na maioria dos países africanos em que o Grupo FirstRand opera. Doravante, iremos alavancar o trabalho inovador que actualmente temos em andamento e usaremos a experiência que aqui ganhamos para criar um modelo que pode ser adaptado à nossa realidade. Atender a essa aspiração exigirá que evoluamos para uma organização mais simples, mais eficiente, mais bem colocada no mercado local, de modo a podermos expandir nosso alcance e melhorar significativamente nossa experiência de atendimento ao cliente. Procuramos fazê-lo ao oferecer uma proposta de valor acrescido aos nossos accionistas, na medida em que nos posicionamos como líderes no mercado, mudando de forma inovadora a forma como fazemos negócios em Moçambique.

Responsabilidade Social Corporativa

O banco está comprometido com uma forma de fazer banca que seja sustentável e responsável e que visa tornar-se num cidadão corporativo líder e no banco mais confiável do país. No âmbito do Dia do Voluntariado do FNB Moçambique, foram realizadas actividades junto do movimento "Plataforma Makobo" - Solidariedade da Sopa. Esta é uma instituição de caridade que tem por objectivo reduzir o problema da desnutrição dos sem-tecto, servindo sopas todos os dias, em algumas partes da cidade de Maputo, em abrigos para crianças idosos e desfavorecidos. A plataforma centra-se na reintegração social das pessoas, combinando os pilares da solidariedade; nutrição; educação; qualificação profissional; auto-emprego; habitação; e farmácia de solidariedade.

No dia nacional da poupança, o banco ofereceu recursos para o programa nacional de conscientização para melhorar a alfabetização financeira com o objectivo de pessoas e pequenas empresas modificarem seus hábitos de consumo e aumentar a segurança financeira e a estabilidade, economizando mais. A independência financeira melhorará a economia, para alcançar este objectivo recomenda-se de adopção do hábito de planear seu futuro e pensar além da prática actual de viver um dia de cada vez. Há uma necessidade urgente para que se pense sobre a poupança, bem como em gastar mais sabiamente. Os bancos desempenham um papel importante em ajudar as pessoas a economizar, e economizar precisa de ser feito de forma suficientemente atraente para incentivar as pessoas a depositar suas economias num banco em vez de mantê-las em casa. Além da poupança, as pessoas irão adquirir outros activos e irão também querer proteger seus filhos, empregos e saúde. A campanha enfatiza a forma como proteger essas pertencas contra a perda, significando que a riqueza será acumulada ao longo do tempo, em benefício dos indivíduos e da comunidade.

Agradecimentos

Gostariamos de expressar o nosso sincero agradecimento aos membros do Conselho de Administração pelo apoio e orientação ao longo de 2016, bem como à nossa equipa de gestão e todos os colaboradores pelo empenho e trabalho árduo no sentido de ajudar o FNB Moçambique a alcançar os seus muitos sucessos ao longo de um ano muito desafiador. Gostariamos também de agradecer ao FirstRand, nossa holding, pelo seu apoio contínuo. Por último, estendemos a nossa gratidão às autoridades reguladoras pelo seu aconselhamento, orientação e cooperação valiosas, que constituem um bom renuncio para o desenvolvimento e crescimento do sector financeiro em Moçambique.

Relatório do Administrador Delegado

Temos o prazer de apresentar o relatório descrevendo o desempenho do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016. O banco tomou uma decisão pró-activa de aumentar acentuadamente o seu coeficiente de cobertura de imparidade de crédito, em função da degradação macro económica do país, uma decisão que vai nos manter bem encaminhados para o futuro próximo. O crescimento nos empréstimos para clientes permaneceu estável enquanto o banco prosseguiu com uma abordagem mais cautelosa ao crédito, em um ambiente atormentado com deterioração do apetite ao crédito e capacidade de cumprir com as obrigações da dívida. No entanto, é agradável observar que o segmento de Banca de Investimento (CIB) demonstrou uma forte contribuição para o crescimento geral do balanço do banco. À medida que avançamos, a expansão e aprimoramento de nossas ofertas de CIB, Business Banking e Retail Platina e Ouro. Este exercício continuará a ser um foco estratégico da administração e do Conselho de Administração.

Durante 2016, o banco investiu uma quantidade significativa de tempo e outros recursos na segmentação de nossa base de clientes, aprimorando a gestão de relacionamento personalizado, identificando nichos, agregando melhor a nossa cadeia de oferta, para permitir uma rede mais eficiente e rentável que melhor atenda as necessidades dos nossos clientes. O objectivo principal é garantir uma excelente experiência ao cliente, dando um tratamento de elite, curto tempo de resposta através de produtos inovadores, acessíveis e simples.

Desempenho financeiro do banco

A actividade bancária envolve assunção de riscos de forma direccionada e a sua gestão profissional. As funções centrais da gestão de risco do banco consistem em identificar todos os principais riscos para o banco, medir esses riscos, gerir as posições de risco e determinar a afectação de capital. O banco revisa regularmente suas políticas e sistemas de gestão de riscos para reflectir mudanças nos mercados, produtos e melhores práticas de mercado.

O FNBM fechou o exercício de 2016 com um total de activos de 15.4 bilhões de meticals,



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

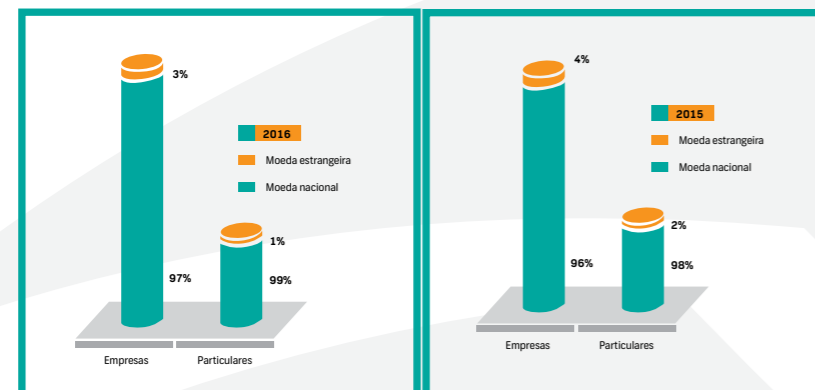
Montantes expressos em milhares de Meticals

representando um aumento de 17% em relação ao ano anterior. Os activos da empresa, representados por caixa e equivalentes de caixa; instrumentos financeiros derivativos; empréstimos a clientes; títulos e outros investimentos e contas a receber totalizam MT 14,4 bilhões, e registou um crescimento de 16% face ao exercício de 2015.

O rácio de liquidez em conta disponibilidade e activos totais aumentou para 35% em 2016 em comparação com 19% no ano anterior. Os depósitos em BdM e Outras Instituições de Crédito diminuíram 76%, enquanto os depósitos em contas correntes e a prazo aumentaram 37%. Os empréstimos a clientes, que representam 46% do total dos activos, diminuíram 7% face ao período homólogo. O decréscimo dos empréstimos deveu-se principalmente à maior taxa de retraction das facilidades em curso, devido ao apetite de crédito e à tendência negativa da economia moçambicana, acentuada pelo risco de abrandamento nos futuros projectos energéticos.

Evolução de crédito à clientes (em MT'000)	2016		2015		Variação homóloga
	Valor	%	Valor	%	
Empresas	5 546 273	78%	5 603 320	78%	-1,0%
Moeda nacional	5 337 848	75%	5 414 982	76%	-1,4%
Moeda estrangeira	208 424	3%	188 338	3%	10,7%
Particulares	1 603 354	22%	2 099 018	29%	-23,6%
Moeda nacional	1 586 748	22%	2 076 105	29%	-23,6%
Moeda estrangeira	16 606	0%	22 913	0%	-27,5%
Total	7 149 626	100%	7 702 338	100%	-7,2%
Moeda nacional	7 217 176	101%	7 491 087	97%	-3,7%
Moeda estrangeira	233 057	3%	211 251	3%	10,3%

Os gráficos a seguir ilustram a ponderação dos empréstimos a clientes por moeda para indivíduos e empresas nos últimos dois anos:



Os gráficos acima indicam que 97% do crédito concedido, tanto para empresas quanto para pessoas físicas, foi em moeda local. Durante o exercício de 2016, o crédito vencido ascendeu a 1,3 bilhões de meticals, um aumento de 105% em relação a 2015, indicando claramente a pressão do crédito na economia para o pagamento das dívidas contratuais.

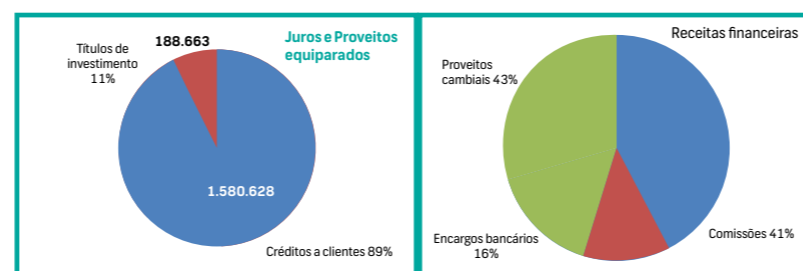
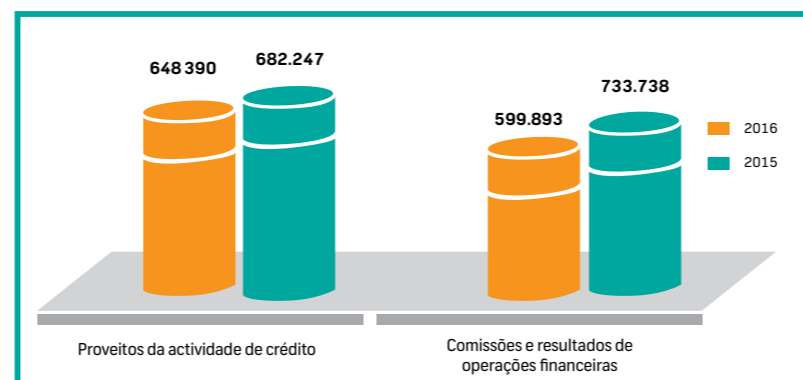
Destques da demonstração do resultado integral

Demonstrações de resultados (em MT'000)	2016	2015	Variação homóloga
Juros e proveitos equiparados	1 778 360	1 152 428	54%
Juros e custos equiparados	(586 902)	(384 636)	53%
Margem financeira	1 191 458	767 792	55%
Perdas por imparidade no crédito concedido	(543 068)	(85 545)	535%
Proveitos da actividade de crédito	648 390	682 247	-5%
Proveitos líquidos de comissões e resultados de operações financeiras	599 893	733 738	-18%
Resultados operacionais líquidos	1 248 283	1 415 985	-12%
Custos operacionais	(1 707 602)	(1 097 127)	56%
Impostos indirectos	(1 473)	(1 119)	32%
Resultados antes de impostos	(460 792)	317 739	-245%
Impostos sobre o rendimento (IRPC)	139 867	(75 658)	-285%
Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	(320 925)	242 081	-233%

A margem financeira líquida após a imparidade de empréstimos diminuiu 5% ano-a-ano, principalmente devido ao significativo aumento da margem financeira de 54%, superior ao crescimento dos custos de juros em 53%. A gestão assertiva de activos e passivos e aumentos significativos na taxa de juros preferenciais contribuíram para uma maior receita de juros em termos homólogos. A decisão pró-activa da administração de aumentar o rácio de cobertura do crédito resultou num aumento de 535% nas imparidades de crédito, contribuindo significativamente para o prejuízo do exercício de 2016. O efeito das imparidades na margem financeira está ilustrado no gráfico abaixo.

Adicionalmente, outras receitas líquidas ilustradas na tabela abaixo reflectem o impacto de uma queda significativa nas negociações cambiais, bem como a queda nas receitas de garantias emitidas devido à fraqueza do ambiente de negócios.

Outras receitas dos principais canais disponíveis para os clientes através de ATMs, POS e vários canais digitais estão a aumentar. A discricção dos rendimentos de juros e outros rendimentos e rendimentos líquidos durante o exercício de 2016 é apresentada conforme se segue:



A evolução das despesas operacionais durante o exercício de 2016 é resumida conforme se segue:

Custos operacionais (em MT'000)	2016	2015	Variação
Amortizações e depreciações	101 779	74 801	36%
Remuneração dos auditores	12 545	11 154	12%
Custos do transporte de valores	26 577	20 742	28%
Custos de comunicações	88 234	53 050	66%
Consumíveis	11 089	12 856	-14%
Aluguer de equipamento, reparações e manutenção	105 981	51 843	104%
Custos de tecnologias da informação	39 380	24 315	62%
Prémios de seguro	8 735	6 254	40%
Custos com empresas do grupo	276 734	136 343	103%
Custos de marketing e publicidade	40 422	31 216	29%
Custos com locação operacional (edifícios)	125 922	67 721	86%
Impressão de documentos e material de escritório	20 631	14 179	46%
Custos com segurança	14 762	10 759	37%
Custos com o pessoal	712 378	510 206	40%
Custos de deslocações e transportes	21 667	19 428	12%
Outros custos	100 766	52 260	93%
Total dos custos operacionais	1 707 602	1 097 127	56%

Os custos directos com o pessoal, como percentagem do total de custos operacionais, são de 42% para o ano de 2016. O aumento homólogo foi principalmente devido ao recrutamento de pessoal adicional em todos os segmentos, para auxiliar com o aumento do volume de transacções bancárias.

O FNBM expandiu o número de unidades de negócio, nomeadamente: criação de centros corporativos e comerciais para melhor servir o cliente; aquisição de ATMs adicionais; aumento da rede de POS e outros investimentos de desenvolvimento de novos produtos e melhoria dos existentes, o que resultou em maiores despesas de comunicação, manutenção e encargos de leasing.

O objectivo do banco é conseguir um equilíbrio adequado entre risco e retorno e minimizar os possíveis efeitos adversos sobre o desempenho financeiro do banco. O banco define o risco como a possibilidade de perdas ou lucros perdidos, que podem ser causados por factores internos ou externos. Risco de crédito é o risco que consiste em prejuízos financeiros, caso qualquer dos clientes do banco ou contrapartes não cumpriram com as suas obrigações contratuais para com o banco. O risco de crédito decorre principalmente de empréstimos e adiantamentos comerciais e de consumo, cartões de crédito e compromissos de empréstimos decorrentes de tais operações de crédito, mas também pode advir de melhorias de crédito concedido, como derivativos de crédito, garantias financeiras, cartas de crédito, e aceitação. O risco de crédito é o maior risco individual para os negócios do banco; a administração faz a gestão cuidadosa da sua exposição ao risco de crédito. A gestão e o controlo do risco de crédito são centralizados numa equipa de gestão do risco de crédito que coordena estas actividades com os responsáveis de cada unidade de negócio. O banco realiza uma gestão permanente das carteiras de crédito que enfatiza a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de riscos. Essas acções melhoraram com a adopção de procedimentos contínuos, tanto em termos de metodologias e ferramentas de avaliação e controlo de riscos, reforma dos procedimentos do departamento de crédito e introdução de técnicas desenvolvidas pelo Grupo FirstRand. Estas avaliações de risco, os processos de monitorização e os controlos são relatados ao Conselho de Administração trimestralmente.

Temos o prazer de anunciar que o banco adoptou uma abordagem conservadora para o seu modelo de provisionamento de imparidade sobre empréstimos para clientes, permitindo que o negócio esteja devidamente posicionado em termos estratégicos, para tratar e gerir os actuais desafios de crédito. Isto e o aumento de investimento na rede e nos canais digitais, recursos humanos e melhorias de risco e compliance resultaram numa perda após impostos de MT 321 milhões em 2016 face ao desempenho do ano anterior de um lucro de MT 242 milhões. O banco geriu esses resultados em um clima económico moderado global, bem como um ambiente operacional um tanto desafiador; taxas de juro mais elevadas exerceram pressão

sobre a nossa carteira de crédito, resultando em um aumento de crédito mal parado - explicado na integra no relatório do Presidente acima.

Apesar de o banco ter registado um aumento significativo da sua margem financeira antes de imparidades, de 54% (em resultado do aumento de 13,5% nas taxas de referência do Banco Central durante o período), o crescimento do balanço gerido de forma assertiva traduziu-se numa sólida redução de 54% da margem financeira, que atingiu 1,8 mil milhões de meticals no final do ano. A revisão em alta das taxas de referência levou o banco a mudar o foco de seus activos, identificando empréstimos de melhor qualidade e buscando uma liquidez com preços melhores e mais datados, aumentando assim suas participações em títulos do Tesouro.

O banco manteve uma sólida posição de capital ao longo do ano, com fundos de accionistas representando 14% (2015: 19%) do passivo total. O total de activos ponderados pelo risco em 31 de Dezembro de 2016 ascendeu a 13 mil milhões de meticals, um crescimento de 17% em 2015. O banco cumpre os requisitos de capital do BdM e do Banco Central Sul-Africano e a posição de adequação de capital em 31 de Dezembro de 2016 apresentou-se da forma seguinte:

% Corrente	13,5%
% Obrigatório	8,0%

O FNB Moçambique tem-se centrado em primeiro lugar no desenvolvimento da sua marca para garantir uma plataforma sustentável a partir da qual se possa expandir e aumentar a quota de mercado. Para isso, o banco iniciou uma campanha de expansão de sua rede de canais digitais, que gerou um excelente crescimento de volume em grande parte do negócio.

Foram realizados importantes desenvolvimentos na tecnologia de informação do banco, bem como o crescimento da marca e uma série de lançamento de produtos. O foco do desenvolvimento de produtos tem sido o de criar propostas de valor para atender às necessidades bancárias universais. Para isso, foram lançados vários produtos e serviços para focar e melhorar a cobertura em todos os segmentos e para oferecer serviços bancários a todos os moçambicanos.

Nossas realizações ao longo dos últimos anos resultam da dedicação, disciplina e desempenho de nossos colaboradores, dos nossos parceiros de negócios e do contínuo apoio de nossos clientes. Estamos empenhados em superar continuamente as expectativas destes, dos nossos stakeholders, à medida que nos esforçamos para oferecer excelentes retornos aos nossos investidores numa caminhada que visa fazer do FNB o banco preeminente em Moçambique.

Banca Corporativa e de Investimentos

Atendendo que o banco tem crescido em termos de sua representação geográfica e sua base de produtos e serviços, tem sido capaz de adquirir uma base significativa de clientes corporativos. Isso foi acrescido pela base significativa de clientes Sul-africanos que o FirstRand (através do FNB e RMB) presta serviços. A chave para esse sucesso tem consistido em alavancar um forte modelo de relacionamento e o apoio e foco das relações bancárias corporativas do FNB e RMB. Nosso modelo de relacionamento é executado com um forte serviço e orientado a soluções. Este modelo tem captado e com sucesso, vários clientes nos últimos tempos e actualmente temos relações bancárias com empresas.

O modelo inclui o impulsionar do crescimento através de uma estratégia única e coesa, utilizando equipas de cobertura que abrangem todas as áreas-chave do banco (Sala de Mercados, Banca Corporativa e de Investimentos, Business Banking, Comércio Internacional e Branch Banking Channels) com o suporte do executivo, de forma a maximizar oportunidades de venda. O banco é também capaz de usar das capacidades bancárias do RMB para providenciar soluções complexas em favor de um cada vez crescente número de clientes.

Temos articulado com o RMB, FirstRand Índia, FNBSA e países vizinhos, a fim de desenvolver os negócios e assegurar posições fortes no mercado. Acreditamos que esta é a forma mais rápida de progredir em termos de balanço e volumes de transacção, especialmente para os Mercados Globais. Os corredores de Índia e China são igualmente um ponto focal importante.

Business Banking

Do ponto de vista do segmento, acreditamos que o business banking oferece uma oportunidade extremamente forte para dominar um determinado segmento de mercado, ou pelo menos participar de forma significativa, apesar do nosso actual tamanho. Este segmento é atendido de forma insuficiente pelos maiores bancos, em nossa opinião, e teve pouca inovação de produtos. Estamos a fortalecer essa equipa e posicionando-a correctamente para que de forma efectiva, tenha-se este segmento como foco. Clientes empresariais são os mais dispostos a adoptar canais de serviços electrónicos. Isso se encaixa com os novos diferenciais que introduzimos no mercado e nos permitirá aumentar os volumes nesses canais. Este segmento de cliente é, também, altamente escalável em termos de crescimento do balanço, dados os volumes maiores de negócios. A nossa oferta de produtos significativamente melhorada serve de complemento e nos permitirá dominar o nosso actual grupo de pares no curto e médio prazo. Este segmento também conta com o forte apoio de uma equipa de Business Banking dedicada ao FNB SA, que tem como missão fornecer soluções de valor agregado para atender às necessidades de nossos clientes.

Banca de Retalho

A iniciativa de instalação do "Call Centre" do banco, introduzida em 2016, provou ser



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

um sucesso e o impacto positivo sobre o desempenho neste segmento de negócio foi vivamente sentido. Esta equipa, que opera a partir de Maputo, mas abrange todo o país, serve para resolver eficazmente os pedidos dos nossos clientes, leva a banca para as pessoas e incentiva os clientes a visitar os nossos vários pontos de venda. Continuamos conscientes da necessidade de fazer empréstimos com responsabilidade e de estar sempre no controlo e acreditamos que a nossa carteira de activos continua sendo de alta qualidade. O desempenho sólido só pode ser alcançado através dos sucessos de equipas dedicadas, constituídas por indivíduos talentosos e motivados, e estamos orgulhosos das muitas conquistas alcançadas ao longo do ano por parte do segmento como um todo, bem como muitos dos intervenientes dentro do nosso quadro de pessoal.

Olhando para a frente, vemos a nossa estratégia global como sendo uma que visa reposicionar o banco para criar uma organização objectiva e focada, que irá apoiar o crescimento sustentado e a melhoria da prestação de serviços ao cliente. Ao fazê-lo, os nossos quatro principais objectivos estratégicos serão:

- Aumentar a liquidez através da aquisição da rede de balcões e de clientes comerciais. A liquidez continuará a ser escassa no ano seguinte;
- Orientar nosso foco de negócios e bancarizar o ecossistema em torno de nossos clientes;
- O FNBM continuará a impulsionar soluções inovadoras para os nossos clientes através dos nossos canais digitais, tornando as operações bancárias mais fáceis e sempre disponíveis; e
- Impulsionar a recuperação de forma eficiente e eficaz num ambiente económico ainda tenso.

Recursos humanos

Tendo crescido substancialmente em 2015, o banco manteve um número estável de trabalhadores em 2016, aumentando o número de trabalhadores de 410 para 438. Nesse sentido, nosso perfil demográfico de género manteve-se praticamente inalterado, com 50,6% de trabalhadores de sexo feminino e 49,4% masculino. O banco está comprometido com o bem-estar geral dos seus colaboradores, incluindo o bem-estar nas suas relações fora do ambiente de trabalho. Neste sentido, desenvolveu-se o "Espaço Relieve", que presta serviços de apoio e assessoria aos trabalhadores e às suas famílias; Incluindo uma linha telefónica anónima gratuita que atende a várias questões, como estresse, problemas conjugais, questões financeiras e jurídicas. Este programa é complementado por uma assistência médica abrangente, à qual todos os trabalhadores têm acesso. O banco reconhece a sua responsabilidade em relação à saúde ocupacional, segurança e bem-estar de seus trabalhadores.

Durante o ano de 2016, as políticas de gestão de recursos humanos foram orientadas para a adaptação da estrutura funcional do banco às novas necessidades decorrentes da crescente competitividade e expansão da rede de balcões. Para o FNBM, o capital humano é crucial para o sucesso da organização, que se baseia em suas habilidades e formação. A gestão de talentos continuou a ser um foco-chave e vemos esta disciplina-chave como o fluxo estratégico de talentos a todos os níveis através da nossa organização, com o objectivo de garantir a identificação de talentos certos e a disponibilização para o alinhamento de pessoas certas aos trabalhos certos e no momento certo, baseado nos nossos objectivos estratégicos de negócio. A nossa cultura exclusiva de gerencia de proprietário garante que os funcionários permanecem focados e motivados no actual ambiente desafiador.

Tecnologia da informação e rede de balcões

O banco continuará a utilizar a Promosoft como o sistema bancário central e tem sido feitos upgrades periodicamente e continuarão a ser feitos conforme as necessidades de surgirem. A infra-estrutura de backup e recuperação de desastres beneficiou de upgrades recentes e o banco acredita ter uma plataforma estável para crescer e atingir seus objectivos.

Actualmente, o FNBM possui uma rede de 18 balcões e uma agência; 9 balcões e 1 agência na Cidade de Maputo, 1 balcão na Matola e 8 balcões nas províncias de Gaza, Inhambane, Sofala, Tete, Nampula (2), Manica e Cabo Delgado. Esses balcões também são apoiados por uma rede de 103 ATMs localizadas em áreas estratégicas.

O banco continuará a investir na expansão de sua rede de canais digitais, a fim de aproveitar as oportunidades que o actual cenário de desenvolvimento da economia nacional apresenta. O banco espera que esta tendência de desenvolvimento económico continue a longo prazo, de modo que o investimento em pessoal e infra-estruturas continuará a ser uma prioridade, para garantir a acessibilidade e a qualidade dos serviços.

Eventos

O FNBM Moçambique acolheu com sucesso o Festival do Vinho, considerado o mais exclusivo festival de estilo de vida, vinho e jazz, em Moçambique.

Agradecimentos

O nosso sincero apreço vai para:

- O Conselho de Administração e os Membros das Comissões de Auditoria e de Risco por sua orientação e suporte;
- Os clientes, pela preferência e confiança depositada no banco, o que nos encoraja a prosseguir com a estratégia de crescimento
- O Governo de Moçambique, especialmente o Ministério das Finanças, pela disponibilidade e compreensão expressa;
- O Banco de Moçambique, em particular ao seu Governador e Administradores,

- por todo o seu apoio e cooperação prestados;
- A Associação Moçambicana de Bancos, pela sua acção a favor do desenvolvimento do Sistema Financeiro Moçambicano; e
- Os colaboradores que, pela sua competência e dedicação e empenho inestimáveis, contribuíram para o crescimento do FNBM e para a satisfação dos clientes.



Relatório do auditor independente aos Accionistas do FNB Moçambique, S.A.

Aos Accionistas do FNB Moçambique, S.A.

Opinião

Auditámos a demonstrações financeiras do FNB Moçambique, S.A. (o banco), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2016, a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras deste relatório. Somos independentes do banco de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação

A administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório anual da Administração conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação,

- omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Manuel Relvas.



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal vem submeter a V.Exas. o seu Relatório e emitir o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 2016, apresentados pelo Conselho de Administração do FNB Moçambique, S.A.

O Conselho Fiscal teve acesso à informação que considerou relevante para o cabal exercício das suas funções. Reuniu trimestralmente com o Conselho de Administração, Comité de Auditoria e Comité de Risco.

Ao longo do exercício, este Conselho Fiscal dedicou especial atenção, mas não limitando a:

- Revisão regular das demonstrações financeiras;
- Revisão das constatações da Auditoria Interna;
- Revisão das constatações do Banco de Moçambique;
- Revisão dos relatórios de Auditoria Externa;
- Revisão dos Rácios Prudenciais;
- Acompanhamento das decisões do Conselho de Administração; e
- Acompanhamento das decisões do Comité de Auditoria e do Comité de Risco.

O Conselho Fiscal apreciou o teor do relatório dos Auditores Externos relativo às Demonstrações Financeiras do exercício findo a 31 de Dezembro de 2016.

O Conselho Fiscal é de opinião que as demonstrações financeiras do exercício económico de 2016, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes os resultados do FNB Moçambique S.A., foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e estão de acordo com a Lei e disposições estatutárias, assim como as normas emitidas pelo Banco de Moçambique.

O Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia-Geral Anual:

- Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício económico de 2016; e
- Concorde com a proposta do Conselho de Administração para a transferência dos resultados negativos de 320.925 milhares de meticals para resultados transitados:

Maputo, 31 de Março de 2017

Robert Walker,
Presidente

Abdul Satar Hamid
Vogal



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

Balanço em 31 de Dezembro de 2016

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
Activo			
Caixa e equivalentes de caixa	2	5 325 104	2 518 058
Activos financeiros disponíveis-para-venda	3	14 348	14 348
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	4	1 710 670	2 090 578
Créditos a clientes	5	7 149 626	7 702 338
Contas a receber	7	150 484	74 408
Activos por impostos correntes	8	62 369	76 839
Activos tangíveis	9	775 559	665 543
Activos por impostos diferidos	10	198 081	8 071
Activos intangíveis	11	48 259	53 232
Total do activo		15 434 500	13 203 415
Passivo			
Depósitos e contas correntes	12	12 596 316	10 331 915
Cretores e acréscimos de custos	13	572 410	291 143
Provisões	15	14 361	35 272
Passivos subordinados	16	73 492	45 900
Passivos por impostos diferidos	17	11 844	12 183
Total do passivo		13 268 423	10 716 413
Capitais próprios			
Acções ordinárias	19	1 957 547	1 957 547
Reservas	20.1	172 561	136 249
Resultados transitados	20.2	35 969	393 206
Total de capitais próprios		2 166 077	2 487 002
Total dos capitais próprios e passivo		15 434 500	13 203 415

Demonstração do rendimento integral

	Nota	2016	2015
Juros e proveitos equiparados	21.1	1 778 360	1 152 428
Despesas de juros e custos equiparados	21.2	(586 902)	(384 636)
Margem financeira antes de perdas por imparidade no crédito concedido		1 191 458	767 792
Perdas por imparidade no crédito concedido	6	(543 068)	(85 545)
Margem financeira após imparidade de crédito		648 390	682 247
Proveitos líquidos de comissões e resultados de operações financeiras	22	599 893	733 738
Resultados operacionais líquidos		1 248 283	1 415 985
Custos operacionais	23	(1 707 602)	(1 097 127)
Resultados operacionais		(459 319)	318 858
Impostos indirectos	18.1	(1 473)	(1 119)
(Perdas) / resultados antes de impostos sobre o rendimento		(460 792)	317 739
Impostos sobre o rendimento	18.2	139 867	(75 658)
(Perdas) / lucro do exercício		(320 925)	242 081
Total das (perdas) / rendimento integral do exercício		(320 925)	242 081

Demonstração de alterações em fundos próprios

	Capital social	Reserva legal	Reservas estatutárias	Reserva de reavaliação	Resultados transitados	Total
Nota	19	20.1	20.1	20.1	20.2	
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	1 459 547	25 856	56 393	27 331	177 794	1 746 921
Emissão de acções	498 000	-	-	-	-	498 000
Transferência para as reservas legais	-	26 669	-	-	(26 669)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	242 081	242 081
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	1 957 547	52 525	56 393	27 331	393 206	2 487 002
Transferência para as reservas legais	-	36 312	-	-	(36 312)	-
Perdas do exercício	-	-	-	-	(320 925)	(320 925)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	1 957 547	88 837	56 393	27 331	35 969	2 166 077

Demonstração de fluxos de caixa

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
Fluxos de caixa de actividades operacionais (Perdas) / resultados antes de impostos sobre o rendimento		(460 792)	317 739
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações	23	101 779	74 801
Imparidade nos créditos concedidos	6	543 068	85 545
Provisões do exercício	15	(20 911)	9 943
Varição de activos operacionais		(165 308)	(1 845 048)
Varição de passivos operacionais		2 572 921	1 706 623
Imposto sobre o rendimento		63 203	121 352
Fluxos de caixa gerados em actividades operacionais		2 633 960	470 955
Fluxos de caixa em actividades de investimentos			
Aquisição de activos tangíveis	9	(193 586)	(378 274)
Aquisição de activos intangíveis	11	(14 455)	(29 803)
Abates de activos tangíveis	9	1 219	6 471
Varição de activos financeiros detidos-até-à-maturidade	4	379 908	(413 053)
Fluxos de caixa gerados / (usados) em actividades de investimento		173 086	(814 659)
Fluxos de caixa em actividades de financiamento			
Aumento de capital	19	-	498 000
Fluxos de caixa gerados em actividades de financiamento		-	498 000
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		2 807 046	154 296
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2 518 058	2 363 762
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2	5 325 104	2 518 058

Ajudamos a crescer o seu negócio

As suas poupanças estão sempre seguras no FNB



FNB
First National Bank
como podemos ajudar?

FNB
First National Bank



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

Notas às demonstrações financeiras

1. Políticas contabilísticas

Introdução

O FNB Moçambique S.A. é um banco criado em Moçambique, apresentando a sua sede na Avenida 25 de Setembro nº 420, em Maputo. O banco presta serviços no retalho, comércio e banca corporativa e outros serviços relacionados.

Resumo das principais políticas contabilísticas

O banco adopta as seguintes políticas contabilísticas na elaboração das demonstrações financeiras anuais. Estas políticas são coerentes face às dos anos anteriores, salvo indicação em contrário.

a) Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Novas Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas e alterações (NIRFs)

NIC 1 (alterado) - Iniciativa de Divulgação

Foram feitas várias alterações de âmbito restrito a NIC 1 relativas à apresentação nas demonstrações financeiras anuais. Isso inclui esclarecimentos sobre a aplicação da materialidade e agregação, orientação sobre os itens mínimos a serem apresentados no balanço, demonstração do rendimento integral e a estrutura e ordem das notas às demonstrações financeiras. Estas são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Estas alterações não tiveram um impacto sobre o banco, visto que apenas esclareceram os requisitos existentes da norma relativa à apresentação.

NIC 16 e NIC 38 (alterada) - Clarificação de métodos aceitáveis de depreciação e amortização

NIC 16 e NIC 38 foram alteradas para clarificar que o método de depreciação que é baseado na unidade de produção não é um método adequado. Isto porque tal método reflecte o padrão da geração de benefícios económicos que surgem da operação do negócio do qual um activo é parte, no lugar da norma de consumo de benefícios económicos futuros de um activo. Estas alterações são efectivas para os períodos após 1 de Janeiro de 2016.

Esta alteração não teve um impacto sobre o banco, tendo em conta que o banco não aplica uma abordagem de depreciação baseada no método de unidade de produção.

NIC 16 e NIC 41 (alterado) - Viveiros de agricultura

A alteração muda o relato financeiro para actividades agrícolas e indica que actividades agrícolas devem ser contabilizadas da mesma forma que os activos tangíveis pelo facto de suas operações serem semelhantes aos de fabricação. Consequentemente, a alteração inclui actividades agrícolas no âmbito da NIC 16, em vez de NIC 41. A produção crescente relativamente a actividades agrícolas permanecerá no âmbito da NIC 41. Estas alterações são efectivas para os períodos após 1 de Janeiro de 2016.

A alteração está fora do âmbito das operações do banco e não teve impacto sobre o banco.

NIC 27 (alterado) - Método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas

A alteração permite que os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos sejam contabilizados usando o método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras anuais separadas do investidor. Estas alterações são efectivas para os períodos em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Esta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais do banco uma vez que o banco não apresenta qualquer investimento em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

NIRF 10, NIRF 12 e NIC 28 (alterada) - Entidades de Investimento: Aplicação de Isenção de Consolidação

As alterações introduzem esclarecimentos aos requisitos na aplicação da isenção de consolidação para entidades que respondem à definição de uma entidade de investimento. Estes são efectivos para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016.

As alterações não tiveram impacto sobre o banco, uma vez que o banco não entra na definição de uma entidade de investimento.

NIRF 11 (alterado) - Acordos conjuntos

O IASB emitiu uma alteração a NIRF 11 por forma a prestar orientações sobre a contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas que constituem um negócio.

A alteração indica que o adquirente de uma participação em uma operação conjunta, em que a actividade é um negócio em termos da NIRF 3, é obrigado a aplicar todos os princípios sobre a contabilidade das concentrações na NIRF 3. Estas alterações são efectivas para os períodos iniciados após ou em 1 de Janeiro de 2016.

Esta alteração não teve um impacto sobre o banco, tendo em conta que o banco não tem interesse em operações conjuntas.

NIRF 14 - Contas de diferimento regulamentares

A NIRF 14 permite que uma entidade que adopta as NIRFs pela primeira vez continue a contabilizar, com algumas alterações limitadas, os saldos das contas de diferimento regulamentares, de acordo com GAAP anteriores, tanto na adopção inicial das NIRFs e nas demonstrações financeiras subsequentes. Estas alterações são efectivas para os períodos após 1 de Janeiro de 2016.

A norma está fora do âmbito das operações do banco e não teve impacto sobre os resultados.

Ciclo de melhorias anuais 2012-2014 - Melhorias as NIRFs

O IASB emitiu o Ciclo de Melhorias Anuais 2012-2014. O projecto de melhorias anuais inclui alterações a quatro normas, nomeadamente NIRF 5, NIRF 7, NIC 19 e NIC 34. O projecto de melhorias anuais tem por objectivo clarificar e melhorar as normas de contabilidade. Estas alterações são efectivas para os períodos após ou em 1 de Janeiro de 2016.

As alterações foram avaliadas e não tiveram um impacto significativo sobre o banco.

b) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), com base no princípio do custo histórico, excepto onde especificamente indicado abaixo, e com base no princípio da continuidade. São apresentadas nas notas, as áreas que envolvem um maior grau de complexidade, ou áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NIRFs exige determinadas estimativas contabilísticas de grande significado. Requer, igualmente, que a direcção exerça o seu julgamento sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas do banco. As notas às demonstrações financeiras incluem áreas que envolvem um elevado grau de avaliação ou complexidade ou áreas em que os pressupostos e as estimativas têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras. O balanço é preparado em ordem de liquidez.

O banco prepara as suas demonstrações financeiras de acordo com o princípio da continuidade, com base no custo histórico, excepto para determinados activos e passivos:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos financeiros classificados como disponíveis-para-venda;
- Activos tangíveis;
- Instrumentos financeiros derivados; e
- Instrumentos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

As demonstrações financeiras anuais em anexo estão expressas em milhares de Meticals (MT) e são idênticas às que foram submetidas à Assembleia Geral de Accionistas para aprovação.

c) Reconhecimento de proveitos

Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que os benefícios económicos fluam para o banco e possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de proveitos obedece aos seguintes critérios por rubrica:

i) Juros e proveitos equiparados e despesas de juros e custos equiparados

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos mensurados ao custo amortizado são incluídos no componente de lucros ou prejuízos da demonstração do rendimento integral, utilizando o método da taxa de juro efectiva. O método da taxa de juro efectiva é o método que permite calcular o custo amortizado de um activo financeiro e de alocar os respectivos juros recebidos ao longo do período de vida médio estimado do instrumento financeiro ou do grupo de instrumentos financeiros.

O proveito de juros ou despesas sobre instrumentos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas é incluído no resultado do justo valor, excepto na medida em que o juro relaciona-se com:

- Operações de financiamento do banco;
- Os itens a que a contabilidade de cobertura é aplicada; e
- Juros nos passivos subordinados.

Juro sobre instrumento de dívida classificado como disponível para venda é reconhecido como parte de receita de juros, baseado na taxa de juro efectiva original do instrumento, usando o método de taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta as receitas futuras estimadas durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efectiva, o banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pagamento antecipado), não considerando perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as taxas pagas ou recebidas entre as partes do contrato que são parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos.

ii) Proveitos de serviços e comissões

Os proveitos de serviços e comissões do banco provêm duma ampla gama de serviços financeiros prestados aos seus clientes e reconhece estes proveitos de serviços e comissões pelo regime de especialização, quando o serviço é prestado. Os proveitos de serviços e comissões são reconhecidos na rubrica de proveitos que não sejam de juros e proveitos equiparados.

Determinadas comissões e custos de transacção que são uma parte integrante da taxa

de juro efectiva de instrumentos financeiros reconhecidos como disponíveis-para-venda ou ao custo amortizado são capitalizados e reconhecidos como parte da taxa de juro efectiva do instrumento financeiro ao longo da vida esperada do mesmo. Estas comissões e custos de transacção são registadas na margem financeira e não em receitas não financeiras.

Os proveitos resultantes de serviços de comissões de aceitação, títulos e garantias bancárias são reconhecidos em função da vida esperada dos instrumentos financeiros e à medida que os serviços são prestados.

iii) Encargos com serviços e comissões

“Os encargos com serviços e comissões são as despesas que são reconhecidas ou directamente atribuíveis ao reconhecimento de taxas e comissões e são reconhecidas em proveitos não financeiros. Encargos com serviços e comissões incluem encargos com transacções e prestação de serviços, que são imputados a medida em que os serviços são recebidos. Encargos com serviços e comissões que formam parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados como parte da receita líquida de juros.”

d) Conversão em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras anuais são apresentadas em Metical (MT) de Moçambique, que é a moeda de funcionamento e apresentação de contas utilizada pelo banco nas suas operações e demonstrações financeiras. Transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transacções. Os activos e passivos denominados em moedas estrangeiras e reconhecidos na demonstração de posição financeira na data de reporte são convertidos para a moeda funcional da seguinte forma:

- Activos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do ano;
- Activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de data da transacção histórica; e
- Activos e passivos registados ao justo valor não monetários são convertidos à taxa da data que o justo valor é determinado.

Os ganhos e perdas resultantes da liquidação das transacções e da conversão de activos e passivos denominados em moeda estrangeira são reconhecidos em resultados, excepto para:

- As diferenças de câmbio em itens monetários classificados como instrumentos de cobertura em cobertura de fluxo de caixa eficazes que são diferidos em rendimento integral;

- As diferenças de conversão em itens não monetários, como acções classificadas como disponíveis para venda, que são reportadas como parte dos ganhos ou perdas de justo valor estão incluídos em capital próprio; e

- Títulos de dívida monetário denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda. Alterações no justo valor de tais itens são analisadas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado e outras variações no justo valor do título. As diferenças de conversão relativas as variações no custo amortizado são reconhecidas na demonstração dos resultados e outras variações no justo valor são reconhecidas em capital próprio.

Os ganhos ou perdas cambiais sobre itens monetários mensurados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado como parte de diferenças de câmbio dentro dos proveitos não financeiros.

As diferenças de conversão em itens monetários e não monetários que são reconhecidos pelo seu justo valor através de resultados, são reconhecidos como parte dos ganhos ou perdas do justo valor nos proveitos que não sejam de juros.

e) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e valorização subsequente

i) Geral

Compras ou vendas de activos financeiros que requerem a entrega de activos dentro do prazo estabelecido de forma geral por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidas na data de transacção, ou seja, a data em que o banco se compromete a comprar ou vender o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o banco se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos e as suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo seu justo valor e, no caso de activos e passivos financeiros não serem ao justo valor, através de resultados, os custos incrementais directamente atribuíveis à aquisição ou emissão.

O banco classifica os activos financeiros nas seguintes categorias:

- Activos financeiros disponíveis-para-venda;
- Investimentos detidos-até-à-maturidade;
- Activos financeiros pelo justo valor através dos resultados; e
- Empréstimos e contas a receber.

Passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo justo valor acrescido dos custos de transação para todos os instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados. Os activos financeiros e instrumentos financeiros disponíveis para venda ao justo valor através de resultados são posteriormente mensurados ao justo valor. Os empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juro efectivo, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O banco reconhece aquisições e alienações de instrumentos financeiros que requerem a entrega dentro do prazo estabelecido por regulamento ou convenção de mercado (aquisição e alienação normalizada) na data de liquidação, que é a data em que o activo é entregue ou recebido.

ii) Activos financeiros disponíveis-para-venda

Activos financeiros disponíveis-para-venda são aqueles activos financeiros não derivados que são designados como disponíveis-para-venda ou que não são classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos-até-à-maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através dos resultados. Activos financeiros disponíveis-para-venda são activos financeiros não derivados que se destinam a serem realizados por um período indeterminado de tempo e que possam ser alienados em resposta a necessidades de liquidez, alterações nas taxas de juros, taxas de câmbio ou preços das acções. Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros disponíveis-para-venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, consequentemente, mensurados ao custo. Ganhos ou perdas não realizados num activo financeiro disponível-para-venda são reconhecidos na demonstração de rendimento integral e reconhecido no capital próprio. O banco reconhece proveitos de juros sobre esses activos como uma parte dos proveitos de juros, com base na taxa efectiva original do instrumento de interesse usando o método da taxa de juros efectivo. Os dividendos de instrumentos de capital próprio disponíveis-para-venda são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o direito da entidade de receber o pagamento é estabelecido e estão incluídos em ganhos menos perdas das actividades de investimento nas receitas não provenientes de juros. Quando o investimento é alienado, o ganho ou perda cumulativa anteriormente reconhecido no capital próprio é reclassificado do capital próprio através da demonstração dos rendimentos integral para a demonstração de resultados. As perdas por imparidade de tais investimentos são reconhecidas na demonstração dos resultados em "perdas por imparidade". As perdas por imparidade em investimentos de capital próprio não são revertidas através da demonstração dos resultados, os aumentos do seu justo valor após a imparidade são reconhecidos directamente da demonstração de rendimentos integral.

Obrigações e participações financeiras destinadas a serem detidas de forma contínua, para além das designadas pelo justo valor por via dos resultados, são classificados como disponíveis para venda.

iii) Investimentos financeiros detidos até à maturidade

Os investimentos financeiros detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados que efectuam pagamentos fixos ou determináveis, têm maturidades fixas que o banco tem a intenção e a capacidade de deter até à maturidade. Adicionalmente, estes instrumentos financeiros são outros que:

- os que a entidade, após reconhecimento inicial, designa como ao justo valor através de resultados;
- os que a entidade designa como disponíveis para venda; e
- os que satisfazem a definição de empréstimos e contas a receber.

Após a mensuração inicial, os investimentos financeiros detidos até à maturidade são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método efectivo da taxa de juros, menos provisão para perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prémio na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juros efectiva. Se o banco vende mais do que uma quantia insignificante de investimentos detidos até à maturidade, toda a categoria é considerada contaminada em termos da NIC 39 e teria de ser reclassificada como disponível para venda.

Os bilhetes de tesouro são adquiridos ao valor descontado. A diferença entre o valor nominal e o descontado é registado em proveitos diferidos, sendo reconhecido em resultados durante o período do investimento.

iv) Instrumentos financeiros designados pelo justo valor através dos resultados

Esta categoria tem duas subcategorias: Instrumentos financeiros detidos para negociação, e os designados pelo justo valor através dos resultados.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento detido para negociação se for adquirido com o propósito de venda no curto prazo ou se faz parte de uma carteira de activos financeiros em que há evidências de realização de lucros de curto prazo. Os derivados também são categorizados como detidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de cobertura em uma relação de cobertura efectiva. Activos e passivos financeiros são designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados, na medida em que produz informação mais relevante porque:

- Os resultados na redução de uma inconsistência de mensuração (ou discrepância contabilística), que surgem como resultado da mensuração de activos e passivos e os ganhos e perdas associadas em uma base diferente; ou

- O grupo de activos financeiros e / ou passivos financeiros é gerido e avaliado numa base de justo valor, de acordo com a gestão de risco documentada ou estratégia de investimento, e esta é a base sobre a qual as informações sobre os activos e / ou passivos é providenciada internamente aos principais gestores da entidade.

Actualmente o banco não apresenta qualquer instrumentos financeiro ao justo valor através dos resultados.

Derivados

O banco não classificou derivados como instrumentos de cobertura de risco. Após o reconhecimento inicial, os derivados são mensurados através do justo valor (custos de transação atribuíveis quando incorridos, são incluídos no componente de lucros e prejuízos da demonstração dos resultados). Todos os derivados são reconhecidos como activos quando seu justo valor é positivo e como passivos quando seu justo valor é negativo. Variações no justo valor de derivados detidos para negociação são incluídas em resultados de operações financeiras".

v) Crédito concedido

Os empréstimos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado activo, com excepção:

- Aqueles que o banco tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, que devem ser classificados como detidos para negociação e aqueles que o banco, na mensuração inicial, designa ao justo valor através dos resultados;
- Aqueles que o banco na mensuração inicial, designa como disponíveis-para-venda; ou
- Aqueles para os quais o banco não possa recuperar substancialmente todo o seu investimento inicial, que não seja por causa da deterioração do crédito, que são classificados como disponíveis-para-venda.

O crédito concedido é subsequentemente mensurado ao custo amortizado usando o método de taxa de taxa de juros efectiva, deduzido das perdas por imparidade.

vi) Passivos financeiros

Passivos financeiros são mensurados através do custo amortizado, com excepção de certos passivos que são designados ao justo valor através dos resultados. A despesa de juros é reconhecida na demonstração dos resultados durante a vida útil do instrumento, através do método de taxa de juros efectivos.

O banco calcula juros sobre o componente do passivo dos instrumentos financeiros compostos com base na taxa de mercado para um instrumento não conversível semelhante no início do mesmo.

vii) Cessação do reconhecimento de instrumentos financeiros

Os activos financeiros deixam de ser reconhecidos quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do activo financeiro expiram; ou
- O banco transfere o direito de receber os fluxos de caixa do activo e transfere substancialmente todos os riscos e vantagens do activo ou o seu controlo; ou
- O banco conserva os direitos contratuais dos activos, porém, assume um passivo correspondente para transferir os referidos direitos contratuais para a outra parte e, consequentemente, transfere todos os riscos e benefícios associados ao activo.

Quando o banco conserva substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro, então, o banco continua a reconhecer o activo financeiro, na sua totalidade e reconhece um passivo financeiro pela retribuição recebida. Estes activos financeiros e os passivos financeiros relacionados não podem ser compensados.

Quando o banco não transfere e nem conserva de forma substancial todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro, o banco determina se mantém o controlo do activo financeiro. Neste caso:

- Caso o banco não mantenha o controlo, este desreconhece o activo financeiro e reconhece de forma separada como activos ou passivos quaisquer direitos e obrigações criados ou conservados no acto da transferência; ou
- Caso o banco mantenha o controlo, este continua a reconhecer o activo financeiro na medida do seu envolvimento contínuo no activo financeiro.

Os passivos financeiros, ou parte dos passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando a obrigação relacionada com o passivo é satisfeita, liquidada ou termina. A modificação substancial dos termos e condições de um passivo financeiro existente ou parte de um passivo financeiro existente é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e reconhecimento de um novo. Uma modificação substancial dos termos ocorre quando o valor presente, descontado dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo as comissões líquidas e descontadas usando a taxa de juros efectiva original, é pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

Quando o banco adquire sua própria dívida, a dívida é anulada no balanço e qualquer diferença entre o valor contabilístico do passivo e valor pago é incluído no na demonstração de resultados.

viii) Compensação de instrumentos financeiros

O banco faz compensações de activos e passivos financeiros e apresenta o saldo líquido no balanço se:

- Houver actualmente um direito em vigor, juridicamente vinculativo para compensação; e
- Existir uma intenção de liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito de compensar é actualmente considerado vinculativo se as seguintes condições forem criadas:

- O direito não ser dependente de acontecimentos futuros; e
- Ser legalmente aplicável em todas as seguintes circunstâncias:
 - O curso normal do negócio;
 - Em caso de incumprimento; e
 - Em caso de insolvência ou falência da entidade e todas as contrapartes.

f) Imparidade de activos financeiros

Um activo financeiro encontra-se em imparidade se o seu valor contabilístico é superior ao seu valor recuperável.

O banco avalia, a data de cada balanço, se existem indicadores objectivos de imparidade dos activos financeiros ou de um grupo de activos financeiros. Um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros é considerado em imparidade caso existam indicadores objectivos de perda de valor em resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do bem (uma ocorrência de prejuízos) e essa ocorrência (ou ocorrências) de prejuízos tenha um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros ou do grupo de activos financeiros que possa ser correctamente estimado. Os indicadores de imparidade podem incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está a passar por dificuldades financeiras significativas, incumprimento ou mora no pagamento do capital ou juros, a probabilidade de falência ou reorganização financeira e quando dados observáveis indiquem que se verifica uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros estimados, tais como alterações dos valores em mora ou condições económicas correlacionadas com incumprimento.

Activos financeiros disponíveis-para-venda

Um activo reconhecido nesta categoria encontra-se em imparidade quando se verificar uma redução significativa no justo valor de um activo financeiro disponível para a venda durante um período de tempo relevante. "Significativo" é avaliado tendo em consideração do custo de aquisição inicial e "prolongado" tendo em consideração o período em que o justo valor estiver abaixo do custo de aquisição inicial.

Se a imparidade for identificada no activo financeiro disponível para a venda, a perda acumulada (calculada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo as perdas resultantes de imparidade anteriormente reconhecidas como encargo para a demonstração dos resultados) é transferida das reservas e reconhecida na demonstração dos resultados. Se, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumenta, e esse aumento poder ser objectivamente associado com as ocorrências de um evento depois de reconhecimento da perda de imparidade na demonstração dos resultados, a perda por imparidade é revertido como encargo de declaração dos resultados.

Perdas por imparidade reconhecidas nos instrumentos de capital classificados como disponíveis para a venda, quando revertidos, são reconhecidas como gastos para as reservas.

Evidência objectiva de que um activo financeiro ou categoria de activos financeiros estão a deteriorar inclui dados observáveis que chamam a atenção do banco sobre os seguintes eventos:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato ou demora no pagamento de capital ou juros;
- Torna-se provável que o emissor ou devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para aquele activo financeiro devido às dificuldades financeiras ou à mudanças adversas no mercado, na economia ou no ambiente legal em que a entidade opera, ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados numa categoria de activos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles activos, embora a diminuição não possa ainda ser alocado aos activos financeiros individuais no banco, incluindo:
- Mudanças adversas nas modalidades de pagamento dos emissores ou devedores do banco, ou
- Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com as inadimplências sobre os activos no banco.

i) Activos avaliados ao custo amortizado

O crédito sobre clientes é mensurado através do custo amortizado e apresenta-se líquido de imparidade geral e individual.

O montante das perdas é calculado como sendo a diferença entre o valor contabilístico do activo financeiro e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados.

O banco avaliará em primeiro lugar a existência de uma evidência objectiva de imparidade relativamente a activos financeiros significativos a título individual, e, individual ou colectivamente para activos financeiros que, individualmente, não sejam significativos. Caso o banco conclua pela inexistência de evidência objectiva de imparidade relativamente a um activo financeiro avaliado individualmente, quer seja significativo ou não, considera o referido activo num grupo de activos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e avalia esses activos de forma colectiva quanto à sua imparidade. Os activos avaliados individualmente e para os quais já tenham sido ou continuem a ser reconhecidas perdas de imparidade não são considerados para efeitos de avaliação colectiva de imparidade.

Se existir prova objectiva de que existe uma perda por imparidade, o montante da perda é reconhecida como a diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas), descontado à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. O valor contabilístico do activo é reduzido por contrapartida da respectiva conta de imparidade, sendo o montante incluído na demonstração dos resultados. Caso um activo financeiro tenha uma taxa de juro variável, a taxa de desconto para efeitos de mensuração de uma perda do valor recuperável é a taxa de juro actual efectiva determinada contratualmente.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateral reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução de uma hipoteca, deduzido dos custos para obter ou alienar o activo colateral, sendo ou não provável a sua execução.

Para efeitos de avaliação colectiva da imparidade, os activos financeiros são agrupados de acordo com características de risco de crédito semelhantes, isto é, na base do processo de classificação atribuído pelo banco, o qual considera o tipo de activo, sector, tipo de colateral, comportamento passado e outros factores relevantes. As características escolhidas são relevantes para efeitos de determinação dos fluxos de caixa futuros estimados relativamente a grupos de determinados activos, servindo como indicadores da capacidade dos devedores para pagarem a totalidade das quantias devidas de acordo com os termos contratuais dos activos objecto de avaliação.

Os fluxos de caixa futuros num grupo de activos financeiros avaliados colectivamente em termos de imparidade são determinados tendo por base os fluxos de caixa dos activos previstos nos contratos de financiamento celebrados com o banco e na experiência em termos de perdas históricas para activos com características de risco de crédito semelhantes às do grupo. A experiência de perdas históricas é ajustada com base nos dados observáveis disponíveis de forma a reflectir os efeitos das condições actuais que não afectaram o período no qual se baseia a experiência de perdas históricas e a remover os efeitos de condições consideradas como válidas no período histórico mas que não se verificam no período actual.

As estimativas de alterações nos fluxos de caixa futuros para grupos de activos financeiros reflectem e são alinhadas de forma consistente com as alterações que se verifiquem nos dados observáveis relacionados, de período para período (por exemplo, alterações nas taxas de desemprego, nos preços de imóveis, no estado dos pagamentos ou noutros factores que sejam indicativos de perdas incorridas no grupo e da sua magnitude).

A metodologia e os pressupostos utilizados na determinação dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo banco no sentido de reduzir quaisquer diferenças entre as perdas estimadas e as efectivas.

Sempre que se conclui pela incobabilidade de um crédito, o mesmo é anulado, por utilização da imparidade constituída, após terem sido efectuados e concluídos todos os procedimentos considerados necessários, e ter sido determinado o valor da perda. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração dos resultados.

Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir e essa diminuição puder ser objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (tal como uma melhoria na notação de crédito do devedor), a perda por imparidade anteriormente reconhecida é anulada mediante ajustamento da respectiva rubrica de imparidade. O valor da anulação é incluída no componente de imparidades na demonstração dos resultados.

ii) Créditos em mora

Consideram-se créditos em mora os que reúnem as seguintes características:

- Créditos com prazo específico de vencimento (por exemplo, empréstimos a prazo) são considerados como estando em mora, quando a amortização de capital ou o pagamento de juros se encontram vencidos e continuam por pagar na data de relato;
- Créditos ao consumo reembolsáveis em prestações regulares (por exemplo, empréstimos pessoais) são considerados como estando em mora, quando uma prestação não foi paga e continua por liquidar à data de relato; e
- Um empréstimo a pagar à ordem é considerado como estando em mora quando um pedido de reembolso foi enviado ao devedor mas o reembolso continua sem ter sido efectuado em conformidade com as instruções. Nesses casos, o montante total em dívida é considerado em mora, mesmo que parte do valor não esteja ainda em dívida. Os dias em atraso referem-se à data de vencimento mais antiga do empréstimo.

A análise de créditos em mora apenas é efectuada relativamente a empréstimos específicos, com datas de vencimento ou fracção de vencimento de empréstimos que tenham sido exigidos. Este tipo de análise não é aplicável a descobertos bancários ou produtos sem data específica de vencimento. O nível de risco deste tipo de produtos é calculado com referência às avaliações de risco efectuadas às garantias, e reportado como tal.

g) Crédito renegociado e contas a receber

Os activos financeiros que estariam vencidos mas que foram renegociados, são classificados separadamente como vencidos ou como activos em imparidade. Empréstimos renegociados são aqueles em que, devido à deterioração da situação financeira da contraparte, o banco fez uma concessão em que os termos e as condições originais da facilidade creditícia foram alteradas e a contraparte está dentro dos novos termos do empréstimo. Os empréstimos só são classificados como renegociados se os termos do contrato renegociado não tiverem terminado e continuam classificados como tal até que os termos do contrato renegociado expirem. Sempre que os empréstimos forem reclassificados como vencidos ou como activos em imparidade, o cumprimento dos novos termos e condições é acompanhado de perto.

Os empréstimos renegociados excluem os empréstimos prorrogados ou renovados, como parte do curso normal dos negócios para os termos e condições similares às do original. Os créditos mal parados não podem ser reclassificados como em cumprimento a menos que o balanço em atraso tenha sido reembolsado. Os activos financeiros correntes renegociado são considerados como parte da avaliação

colectiva da imparidade em que os activos financeiros são agrupados com base em características de risco semelhantes.

h) Determinação do justo valor

i) Metodologias de avaliação

De acordo com as NIRFs, é requerido ao banco o cálculo de certos activos e passivos pelo justo valor. O banco criou sistemas e processos de controlo para validar de forma independente as suas técnicas de avaliação e elementos usados para determinar os seus cálculos de justo valor. As equipas técnicas são responsáveis pela selecção, implementação e qualquer mudança das técnicas de avaliação usadas para determinar o justo valor. Foram criados em cada país e a nível do Grupo no geral os comités de avaliação compostos por representantes da equipe chave de gestão e são responsáveis por supervisionar o processo de controlo de avaliação e considerar a aplicabilidade das técnicas de avaliação aplicadas no cálculo do justo valor. Os modelos e metodologias de avaliação estão sujeitos a revisão e aprovação independente a nível do país pelas equipas técnicas necessárias, comités de avaliação, comités de risco relevantes e auditores externos, anualmente ou mais frequentemente se considerado apropriado.

Justo valor é definido como o preço que seria recebido na venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção normal entre os participantes do mercado na data de cálculo ou seja, no preço de saída. Assim considera-se justo valor como um cálculo baseado no mercado e ao calcular o justo valor o banco usa o pressuposto que os participantes do mercado usariam ao marcar o preço para um activo ou passivo nas actuais condições do mercado, incluindo pressuposto sobre risco. Ao determinar o justo valor presume-se que a entidade esteja em funcionamento e o justo valor não seja uma quantia que representa uma transacção forçada, liquidação involuntária ou uma venda de risco.

Os cálculos do justo valor são determinados pelo banco tanto na base recorrente como não recorrente.

ii) Instrumentos financeiros

Ao determinar o justo valor de um instrumento financeiro, nos casos em que o instrumento financeiro tem um preço de compra e venda (por exemplo num mercado revendedor), o banco usa o preço dentro do spread compra / venda que é mais representativo do justo valor nas circunstâncias. Embora não seja um requisito, o banco usa o preço de oferta para activos financeiros ou preço de compra / oferta para os passivos financeiros onde este melhor representa o justo valor.

Ao determinar o justo valor de um passivo financeiro ou de instrumentos de capital do próprio banco é usado o preço cotado para a transferência de um passivo idêntico ou similar ou do próprio instrumento de capital. Se este não estiver disponível, e uma rubrica idêntica estiver em poder doutra parte como um activo, o justo valor do passivo ou instrumento de capital próprio é calculado usando o preço cotado num mercado activo da rubrica idêntica, se esse preço estiver disponível ou usando dados observáveis (tais como preço cotado num mercado inactivo para a rubrica idêntica) ou usando outra técnica de avaliação.

Se o banco tiver um passivo financeiro com características de ser à ordem, tais como depósitos a ordem, o justo valor não é menor que o montante pago à ordem, descontados desde a primeira data que o montante podia ser pago se o valor temporal do dinheiro fosse significativo.

iii) Activos não financeiros

Ao determinar o justo valor do activo não financeiro, toma-se em consideração a capacidade do participante do mercado para gerar os benefícios económicos usando os activos no maior e melhor uso ou vendendo para outro participante do mercado que faria o maior e melhor uso do activo. Isto inclui o uso do activo que é fisicamente possível, legalmente permissível e financeiramente viável. Na determinação do justo valor de mercadoria e bens de investimento do banco, o maior e melhor uso dos activos foi o seu uso corrente.

iv) Cálculo de justo valor não recorrente

Os cálculos do justo valor não recorrente são os que originam de circunstâncias particulares e incluem a classificação de activos e passivos como activos não correntes ou grupos para alienação detidos para venda nos termos da NIRF 5 onde o justo valor deduzido do custo de venda é o valor recuperável, as combinações de negócio da NIRF 3 em que os activos e passivos são calculados a um justo valor na data de aquisição e as imparidades de activos da NIC 36 onde o justo valor deduzido do custo de venda é o montante recuperável. Estes cálculos de justo valor são determinados dependendo de cada caso assim que ocorrerem dentro de cada caso.

v) Outros cálculos de justo valor

Os outros cálculos de justo valor incluem activos e passivos não calculados pelo justo valor mas para o qual as divulgações do justo valor são exigidas nos termos doutro NIRF ex. instrumentos financeiros a custo amortizado. O justo valor para estas rubricas é determinado usando preços cotados no mercado onde tem disponíveis, tais como preços cotados no mercado, ou de acordo com os modelos de preço geralmente aceitáveis tais como análise de fluxo de caixa descontado. Para os instrumentos financeiros a custos amortizados o valor contabilístico é igual ou tem uma aproximação razoável do justo valor.

vi) Hierarquia e cálculos do justo valor

O banco classifica os activos e passivos calculados em justo valor usando uma hierarquia de justo valor que reflecte se os dados observáveis ou não observáveis são usados na determinação do justo valor da rubrica. Se esta informação não estiver disponível o justo valor é calculado usando outra técnica de avaliação que maximiza o uso de dados observáveis relevantes e minimiza o uso de dados não observáveis. As técnicas de avaliação empregues no banco incluem, inter alia, preços cotados para activos ou passivos similares num mercado activo, preços ajustados a partir de transacções recentes, modelos de opção de preço, e técnicas de fluxo de caixa descontados.

Se um modelo de avaliação for aplicado e o banco não pode estabelecer o preço do mercado (mark-to-market), aplica-se a abordagem "mark-to-model", sujeito a ajustes de avaliação. "Mark-to-model" é definido como qualquer avaliação que deve ser referenciado, extrapolado ou por outra, calculado a partir de um dado de mercado. Ao avaliar se uma avaliação "mark-to-model" é apropriada o banco irá considerar os seguintes aspectos:

- Sempre que possível, os dados do mercado são obtidos em paralelo com os preços do mercado;
- As metodologias de avaliação geralmente aceites são consistentemente usados para produtos particulares salvo se considerado inapropriado pelos relevantes fóruns de governação relevantes;
- Se um modelo for desenvolvido internamente, com base em pressupostos apropriados, que foram avaliados e questionados pelas partes devidamente qualificadas para além do processo de desenvolvimento;
- Os procedimentos de controlo de mudança formais estão em vigor;
- A consciência dos pontos fracos do modelo utilizado e reflexão adequada nos resultados das avaliações
- O modelo está sujeito a revisões periódicas para determinar a precisão dos seus resultados; e
- Ajustes de avaliação são feitas apenas quando for o caso, por exemplo, para cobrir a incerteza do modelo de avaliação.

Nível 1

O justo valor é determinado utilizando preços cotados não ajustados em mercados activos para activos ou passivos idênticos, onde este está prontamente disponível e o preço representa transacções de mercado reais e que ocorrem regularmente. Um mercado activo é aquele em que as transacções ocorrem com volume e frequência suficientes para fornecer informações sobre os preços numa base contínua. Esta categoria inclui títulos e capitais cotados, derivados negociados em bolsa, mercadorias negociadas em bolsa e posições comerciais curtas.

Nível 2

O justo valor é determinado utilizando dados, além dos preços cotados que são observáveis para o activo ou passivo, seja directa ou indirectamente, tais como preços cotados para itens semelhantes num mercado activo ou de um item idêntico num mercado inactivo, ou modelos de avaliação que utilizam dados observáveis ou entradas derivadas de dados de mercado observáveis. Esta categoria inclui empréstimos e adiantamentos a clientes, capitais cotados num mercado inactivo, certos instrumentos de dívida, derivados fora da bolsa ou derivados negociados em bolsa, onde um preço de mercado não está disponível, depósitos, outros passivos, passivos do nível 2, mercadorias que não são negociadas na bolsa e propriedades de investimento.

Nível 3

O justo valor é determinado utilizando uma técnica de avaliação e dados significativos que não são baseados em dados de mercado observáveis (entradas não observáveis) tais como pressupostos próprios de capital sobre o qual os participantes do mercado assumiriam ao estabelecer o preço de activos e passivos.

i) Activos tangíveis

Os imóveis são mensurados pelos valores reavaliados, líquidos de depreciações acumuladas. Os itens de equipamento são registados pelo seu custo histórico ou custo considerado, líquido de depreciações acumuladas e de imparidades por redução do seu valor recuperável. O custo histórico inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

O banco procede à adopção do modelo da reavaliação dos seus edifícios. Se a quantia registada de um activo é aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento deve ser reconhecido no capital próprio numa componente designada excedente de revalorização. O aumento deve ser reconhecido nos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo anteriormente reconhecido nos resultados.

"Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do activo ou reconhecidos como um activo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para o banco e o custo do item possa ser mensurado de forma confiável. A quantia escriturada de qualquer peça de reposição é anulada. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no lucro ou perda durante o período em que são incorridos."

As benfeitorias são todas as melhorias feitas em propriedade que o banco aluga, a fim de preparar o imóvel para o seu uso pretendido e a partir do qual o banco deverá se beneficiar por mais de um ano. Benfeitorias são capitalizadas como activo tangível.

O valor contabilístico dos activos tangíveis é revisto em termos de perdas por imparidade quando algum acontecimento ou alteração das circunstâncias indica que o valor contabilístico pode não ser recuperável. Se por acaso existirem indicações nesse sentido e os valores contabilísticos forem superiores aos valores recuperáveis, o valor dos activos é reduzido até ao seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo menos os custos de venda e o valor de uso.

As depreciações são contabilizadas de forma a abater o valor dos activos menos o seu valor residual durante a sua vida útil estimada, recorrendo ao método das quotas constantes. O valor residual dos activos, as vidas úteis e os métodos de reintegração são revistos e ajustados em cada data de balanço, se tal for considerado adequado.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

As vidas úteis estimadas das principais classes de activos tangíveis são:

Imóveis e instalações	50 anos
Equipamento informático	4 anos
Mobiliário e acessórios	10 anos
Equipamento de escritório	10 anos
Equipamento de segurança	5 anos
Veículos	4 anos

Os ganhos ou perdas provenientes da alienação de activos tangíveis são determinados com base na diferença entre o valor da venda e o seu valor contabilístico, sendo a diferença reconhecida em resultados.

j) Benefícios dos empregados

i) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto-prazo consistem em salários, bónus e benefícios não monetários, tais como contribuições para assistência médica e serviços gratuitos. Não abrangem benefícios baseados no capital nem prestações em caso de cessação do contrato de trabalho.

As obrigações em termos de benefícios de curto prazo dos empregados são avaliadas de forma não descontada e levadas a custos quando o serviço relacionado é prestado.

O banco reconhece um passivo e a despesa de bónus à administração e aos colaboradores, quando é provável que os benefícios económicos serão pagos e que o valor possa ser mensurado de forma mensurável. A despesa está incluída nos custos com pessoal.

ii) Provisão para férias

O banco reconhece a totalidade dos direitos adquiridos pelos seus funcionários relativamente ao gozo de férias anuais.

k) Activos intangíveis

Programas informáticos, listas de clientes e outros activos intangíveis

Os custos claramente associados a produtos únicos e identificáveis que serão controlados pelo banco e gerem benefícios prováveis superiores ao seu custo durante mais de um ano são reconhecidos como activos intangíveis; doutra forma, são levados a custos quando são incorridos. Os activos intangíveis adquiridos separadamente é mensurado ao custo, no momento do seu reconhecimento inicial. Posteriormente, os activos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

A vida útil dos activos intangíveis é estimada como sendo finita ou indeterminada. Os activos intangíveis com vida finita são amortizados durante a sua vida útil. O prazo e o método de amortização dos activos intangíveis com uma vida útil finita são revistos pelo a cada data de balanço. As alterações da vida útil esperada ou do padrão de consumo esperado dos benefícios futuros inerentes ao activo são contabilizados através de alterações do prazo ou do método de amortização, consoante as circunstâncias, e são tratados como alterações das estimativas contabilísticas. O banco amortiza esses activos em uma base linear a uma taxa aplicável à expectativa de vida do activo, mas não superior a três anos.

Custos com o desenvolvimento de programas informáticos 3 anos

Custos de software e de desenvolvimento gerados internamente são apenas capitalizados e reconhecidos como activos intangíveis quando os requisitos da NIC 38 Activos Intangíveis relativas ao reconhecimento de activos gerados internamente forem cumpridos.

Um activo intangível é desreconhecido aquando da sua alienação ou quando não há benefícios económicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou perdas provenientes da venda de activos intangíveis são determinados com base na diferença entre o valor de venda e o seu valor contabilístico, sendo a diferença reconhecida na demonstração dos resultados.

Imparidade de activos intangíveis

A Administração faz a revisão da quantia escriturada dos activos intangíveis sempre que exista evidência objectiva de imparidade. Uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente no resultado como parte das despesas operacionais quando a quantia escriturada é maior do que o valor recuperável. O valor recuperável é o maior do justo valor menos os custos de venda e o valor em uso.

l) Passivos, provisões e passivos de contingência

i) Provisões

São criadas provisões sempre que o banco tenha uma obrigação actual (efectiva ou implícita) resultante de acontecimentos passados e seja provável que venha a ser necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação e sempre seja possível efectuar uma estimativa fiável do valor da obrigação.

Quando existe um número semelhante de obrigações, a probabilidade de que seja necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação é determinada considerando a classe dessas obrigações como um todo. É reconhecida uma provisão mesmo que a probabilidade de que seja necessário um exfluxo relativamente a qualquer um dos itens incluído numa determinada classe de obrigações seja pouco significativo.

As provisões são mensuradas ao valor presente das despesas que se espera vir a ser necessário incorrer para liquidar a respectiva obrigação, usando uma taxa de imposto antecipada que reflecta as condições actuais do mercado na data em que é calculada e os riscos específicos inerentes à obrigação. O aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como juros e custos equiparados. Um contrato oneroso é considerada a existir onde o banco tem um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se espera receber do contrato.

ii) Passivo de contingência e compromissos

O banco divulga um passivo de contingência ou compromisso quando:

- Tem uma obrigação potencial que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não se encontram sob controlo total do banco; ou
- Tem uma obrigação presente que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que o seu pagamento venha a ser exigido; ou
 - (ii) não é possível fazer uma estimativa fiável do valor da obrigação.

m) Locações

A determinação de se um acordo é ou contém operações de locação financeira baseia-se na sua substância na sua data de início e obriga a uma avaliação de se depende do uso dum bem ou bens específicos e se transmite o direito de usar o bem.

i) Banco como locatário

Operações de locação financeira

As operações de locação financeira que de forma substancial transfiram para o banco todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um bem são capitalizadas no início do contrato pelo justo valor do bem locado ou o valor actual das rendas de locação mínimas futuras, consoante o que for menor. São registadas em activos tangíveis, sendo a correspondente responsabilidade perante o locador contabilizada na rubrica de "Outros passivos". As rendas da locação são imputadas a encargos financeiros e redução do passivo de forma a atingir uma taxa de juro constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos directamente em "juros e custos equiparados". Os bens e equipamentos adquiridos são depreciados ao longo da vida útil dos activos, a menos que não seja provável que o banco assuma a propriedade dos bens, caso em que os activos são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil do activo ou do período de locação, em uma base consistente com o imobilizado pertencente similar.

Locações operacionais

Locações que não transferem para o banco os riscos e benefícios da propriedade do bem da locação, são classificadas locações operacionais.

As rendas devidas são contabilizadas através das quotas constantes durante o prazo da locação e incluídas na rubrica de "custos operacionais". Rendas contingentes são contabilizadas no período incorrido. Rendas mínimas devidas após o final do ano são divulgadas como compromissos. O banco reconhece como uma despesa, qualquer sanção pecuniária compulsória ao locador para efeitos de rescisão antecipada de uma locação operacional no período em que a rescisão ocorre.

n) Impostos directos e indirectos

Impostos directos incluem impostos Moçambicanos sobre rendimento.

Os impostos indirectos incluem vários outros impostos pagos aos governos centrais e locais, incluindo imposto sobre o valor acrescentado.

Os impostos indirectos são apresentados separadamente do imposto directo na demonstração do rendimento integral.

Os gastos de impostos compreendem os impostos correntes e impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos na demonstração dos resultados, excepto quando se refere a itens da demonstração dos rendimentos integral, caso em que se reconhece na demonstração dos rendimentos integral.

i) Impostos correntes

Os activos ou passivos por impostos correntes no exercício em curso e nos exercícios anteriores são estimados com base nos valores que se espera receber ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de imposto usadas para calcular o montante são as que estão em vigor ou virtualmente em vigor na data do balanço.

ii) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos, utilizando o método de balanço sobre todas as diferenças temporárias, à data do balanço, entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos

investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

As diferenças temporárias surgem principalmente da depreciação dos activos tangíveis.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Impostos diferidos relacionados com o justo valor dos activos financeiros disponíveis-para-venda e derivados classificados como instrumentos de cobertura efectivos em fluxos de cobertura de cash flow, que são reconhecidos directamente na demonstração de rendimentos integral, são também reconhecidos na demonstração dos rendimentos integral. O imposto diferido reconhecido directamente na demonstração dos rendimentos integral é subsequentemente transferido para a demonstração dos resultados sempre que se verifique um ganho ou perda.

Os activos por impostos correntes e diferidos e passivos por impostos correntes e diferidos são compensados caso exista um direito legalmente executável para compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes e os impostos diferidos estejam relacionados com a mesma entidade tributável e pela mesma autoridade fiscal. Se os saldos referem-se à mesma autoridade fiscal, mas diferentes entidades fiscais, o banco irá compensar somente se tiver um direito legalmente aplicável e, as entidades tencionam em liquidar em uma base líquida ou os activos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

o) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem moedas e notas de banco. Todos os saldos incluídos no caixa e equivalentes de caixa têm data de vencimento inferior a três meses a contar da data de aquisição.

p) Garantias e aceites bancários

Contratos de garantia financeira emitidos pelo banco são aqueles que exigem um pagamento ao titular, pelo prejuízo incorrido devido a inadimplência do devedor, de acordo com os termos do contrato. Os contratos de garantia financeira são reconhecidos inicialmente como uma responsabilidade ao justo valor, acrescido pelos custos da transacção que são directamente atribuíveis à emissão da garantia. Subsequentemente, a responsabilidade é medida pela melhor estimativa da despesa exigida para estabelecer a obrigação actual na data do relatório e o valor reconhecido menos a amortização acumulada.

q) Plano de incentivo a médio prazo

O tratamento contabilístico do Plano de Incentivo a Médio Prazo é baseado em NIRF 2 – Pagamento com Base em Acções

Segundo a NIRF 2, quando a liquidação dos planos estabelecidos pelo banco envolve a entrega de acções do Grupo FirstRand, a responsabilidade estimada é registada como uma entrada nos Credores e acréscimos de custos e é cobrado como despesa na rubrica "despesas com pessoal" na demonstração do rendimento integral.

"A quantificação desta responsabilidade é baseada no justo valor e reconhecida durante o período de aquisição de cada plano (a partir da data de atribuição do plano até à sua data de aquisição ou liquidação). A responsabilidade total, a qualquer momento, é calculada com base na proporção do período de aquisição, já decorrido, até a respectiva data de contabilidade."

r) Eventos subsequentes

Eventos de subsequentes ajustáveis

Nenhuma questão de relevância para os assuntos financeiros do Banco ocorreu entre a data do balanço e a data da aprovação destas demonstrações financeiras anuais.

s) Estimativas e avaliações significativas

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Salvo disposição em contrário das sentenças aplicadas pela administração na aplicação das políticas contabilísticas são consistentes com o ano anterior.

Na aplicação das políticas contabilísticas do banco, a administração utilizou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais. As mais significativas dizem respeito a:

Perdas por imparidade em crédito

O banco avalia os valores que dizem respeito a crédito mal parado no final de cada



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

data de relato, a fim de determinar se uma perda por imparidade deverá ser ou não reconhecida. Em particular, a administração utiliza estimativas do valor recuperável do activo no cálculo dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros ao determinar o nível da perda potencial. Tais estimativas são baseadas na experiência passada e pressupostos de um número de factores, podendo conduzir a alteração de resultados actuais, resultando em alterações futuras dos montantes criados para fazer face a perdas efectivas.

Para além da imparidade específica para cobrir o risco relacionado com os créditos com prova objectiva de existir imparidade, o banco determina uma imparidade numa base colectiva para os créditos para os quais embora não tenha sido identificada uma necessidade específica de reconhecer a perda por imparidade, possuem um nível de risco mais elevado em relação ao assumido no momento da concessão do crédito. Para o efeito, toma em consideração factores como a qualidade de crédito que é dada pelo rácio médio dos últimos dois anos, entre o crédito em imparidade com o total da carteira.

Justo valor de instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do método dos fluxos de caixa descontados. Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação disponível de mercados, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor. As alterações nos pressupostos a cerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras anuais.

Justo valor dos edifícios

O banco adopta o modelo de revalorização nos seus edifícios. As variações de justo valor são reconhecidas em capital próprio. O justo valor é obtido através do valor de mercado, de acordo com as reavaliações efectuadas por um avaliador independente.

Impostos diferidos activos

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos. É necessário julgamento para ser determinado o montante de impostos diferidos activos a serem reconhecidos, com base no prazo provável e níveis de lucro tributável futuro, em conjugação com estratégia de planeamento fiscal. Os prejuízos fiscais podem ser utilizados por um período de cinco anos.

t) Normas internacionais e interpretações emitidas, mas não efectivas

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do banco são descritas abaixo. O banco irá cumprir com as seguintes novas normas e interpretações a partir da data efectiva indicada.

NIC 7 (alterado) – Iniciativa de Divulgação

As alterações à NIC 7 requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários de demonstrações financeiras a avaliarem as alterações em passivos provenientes de actividades de financiamento. Estas são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2017.

Estas alterações são aplicáveis prospectivamente e não terão qualquer impacto sobre o banco, mas introduzem divulgações adicionais

NIC 12 (alterada) – Reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas

As alterações clarificam que as perdas não realizadas em instrumentos de dívida que são mensurados ao justo valor para fins contabilísticos mas ao custo para efeitos fiscais podem dar origem a diferenças temporárias dedutíveis e, consequentemente, pode ser necessário reconhecer um activo por impostos diferidos. O valor contábil do activo não limita a estimativa de prováveis lucros tributáveis futuros. Estas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente no exercício de 2018.

O banco está a avaliar o impacto desta alteração nas demonstrações financeiras anuais; contudo, não se prevê um impacto significativo.

NIC 28 e NIRF 10 – Venda ou contribuição de activos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto

A alteração clarifica o tratamento da venda ou contribuição de activos de um investidor para a sua associada ou empreendimento conjunto. A alteração exige:

- Pleno reconhecimento das demonstrações financeiras do investidor no que toca aos ganhos e perdas resultantes da venda ou contribuição de activos que constituem um negócio (como definido na NIRF 3 – Concentrações de actividades empresariais); e
- O reconhecimento parcial de ganhos e perdas nos casos em que os activos não constituem um negócio, ou seja, um ganho ou perda é reconhecido apenas na medida da participação dos investidores na referida associada ou empreendimento conjunto.

Essas exigências aplicam-se independentemente da forma jurídica da operação, por exemplo, se a venda ou contribuição de activos ocorre por um investidor que transfere acções em uma subsidiária que detém os activos (resultando em perda de controlo da subsidiária), ou pela venda directa dos próprios activos. A data de aplicação está ainda a ser revista pelo IASB e provavelmente será indeferida até à conclusão do projecto de pesquisa da contabilização da equivalência patrimonial.

As alterações são aplicáveis prospectivamente e o banco irá avaliar o impacto da alteração em cada transacção, como e quando eles ocorrerem.

NIC 40 – Transferências de propriedades de investimento

As alterações esclarecem quando uma entidade deve transferir propriedades, incluindo propriedades em construção ou desenvolvimento para ou de propriedade de investimento. As alterações indicam que uma mudança de uso ocorre quando o imóvel responde ou deixa de responder a definição de propriedade de investimento e há evidência da mudança de uso. Uma mera alteração nas intenções da administração para o uso de uma propriedade não fornece evidência de uma mudança de uso.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018 e o banco irá avaliar o impacto das alterações de uso que ocorram no ou após o início do período anual em que o banco aplica as alterações pela primeira vez. O banco reavaliará a classificação da propriedade detida naquela data e, se for o caso, reclassificará a propriedade para reflectir as condições existentes naquela data.

Interpretação do IFRIC 22 – Transacções em moeda estrangeira e adiantamento da consideração

Esta interpretação vem clarificar que na determinação da taxa de câmbio à vista a ser usada no reconhecimento inicial de um activo, da despesa ou do rendimento (ou de parte) associados ao desreconhecimento de activos ou passivos não monetários relacionados com um adiantamento da consideração, a data da transacção é a data na qual a entidade reconhece inicialmente o activo ou passivo não monetário relacionado com um adiantamento da consideração.

As alterações podem ser aplicadas numa base totalmente retrospectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018. Alternativamente, o banco pode aplicar a interpretação prospectivamente após avaliar o impacto em todos os activos, despesas e rendimentos no seu âmbito que são inicialmente reconhecidos em ou depois de:

- (i) O início do período de relatório em que a entidade aplica a interpretação; ou
- (ii) O início de um período de relatório anterior apresentado como informação comparativa nas demonstrações financeiras do período de relatório em que a entidade aplica a interpretação pela primeira vez.

NIRF 2 (alterada) – Classificação e mensuração de transacções de pagamento baseado em acções

Como resultado do trabalho do Comité de Interpretações das NIRFs, várias alterações foram feitas à NIRF 2 para esclarecer como contabilizar certas transacções de pagamentos com base em acções. Estas alterações devem ser aplicadas a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018.

As alterações à NIRF 2 estão relacionadas com as seguintes áreas:

- Contabilização para efeitos das condições de aquisição e de não aquisição na mensuração do passivo para transacções de pagamentos com base em acções liquidadas em dinheiro;
- A classificação das transacções de pagamento com base em acções com as características de liquidação líquida das obrigações de retenção na fonte; e
- Contabilização de uma modificação nos termos e condições de um pagamento baseado em acções que altera a transacção de liquidação por dinheiro ou liquidação por capital próprio.

Actualmente, o banco só tem esquemas de pagamentos baseados em acções liquidadas em dinheiro. As duas primeiras alterações serão aplicadas retrospectivamente enquanto a terceira alteração será aplicada prospectivamente a quaisquer alterações efectuadas a partir da data de adopção. O banco não espera que as alterações retrospectivas tenham um impacto material nos regimes actualmente em vigor, uma vez que o banco já está a contabilizar estes itens de acordo com os esclarecimentos e a contabilização de quaisquer modificações será considerada quando estas tiverem lugar.

Aplicando a NIRF 9 com a NIRF 4

A alteração aborda as preocupações relativas à volatilidade temporária dos resultados reportados decorrentes da implementação da NIRF 9, antes de implementar a norma de contratos de seguro que está a ser desenvolvida e que substituirá a NIRF 4. Essas alterações serão aplicadas a períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.

A alteração introduz duas abordagens:

- As entidades relatoras que emitem contratos de seguros podem ser reconhecidas em outros rendimentos integrais, em vez de lucros ou prejuízos, a volatilidade que poderia surgir quando a NIRF 9 são aplicadas antes da nova norma de contratos de seguros; e
- O banco aplicará a NIRF 9 para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018 e as duas abordagens disponibilizadas ao abrigo desta alteração não serão eleitas e a alteração, por conseguinte, não terá qualquer impacto sobre o banco.

NIRF 9 – Instrumentos financeiros

A NIRF 9 foi emitida na sua totalidade e pela primeira vez em 24 de Julho de 2014. A versão final da norma incorpora alterações à orientação de classificação e de mensuração, bem como os requisitos de contabilidade para a imparidade de activos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Estes elementos da norma final são discutidos em detalhe a seguir:

- A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros na NIRF 9 é baseada tanto no modelo de negócios e nos fundamentos para a realização de instrumentos, bem como as características contratuais dos instrumentos.
- Imparidades em termos da NIRF 9 serão determinadas com base em um modelo de perda esperada, que toma em consideração as alterações significativas ao risco de crédito do activo e a perda esperada que irá surgir no caso de incumprimento.
- A NIRF 9 permite que os passivos financeiros não detidos para negociação sejam mensurados em qualquer custo amortizado ou pelo justo valor. Se o justo valor for eleito, as variações de justo valor, como resultado de mudanças no próprio risco de crédito devem ser reconhecidas na demonstração dos rendimentos integral.
- Os requisitos de contabilidade de cobertura na NIRF 9 estão estreitamente alinhados com a forma como as entidades assumem as actividades de gestão de riscos, quando se faz a cobertura das exposições a riscos financeiros e não-financeiros. A eficácia da cobertura será agora provada com base nos objectivos de gestão de riscos da administração, e não entre 80%-125% que foi previamente estipulado. A NIRF 9 também permite o reequilíbrio da cobertura e o diferimento dos custos de cobertura.

Estas alterações são efectivas para os períodos iniciados após ou em 1 de Janeiro de 2018.

O banco iniciou um processo para determinar o impacto da norma na demonstração da posição financeira e do desempenho do banco. Até que o processo tenha sido concluído o banco não será capaz de quantificar o impacto esperado.

NIRF 15 – Receitas provenientes de contratos com clientes

A NIRF 15 providencia um modelo único, baseado em princípios a serem aplicados a todos os contratos com os clientes. O princípio fundamental da NIRF 15 é que uma entidade reconheça a receita por forma a descrever a transferência de bens ou serviços prometidos aos clientes em um montante que reflecta a consideração a qual a entidade espera ter de direito em troca desses bens ou serviços.

A nova norma também dará orientações para as operações que não foram previamente tratadas de forma aprofundada e melhorar a orientação para acordos de múltiplos elementos. A norma também introduz divulgações mais pormenorizadas sobre a receita. Estas alterações são efectivas para os períodos após 1 de Janeiro de 2018. O banco está em processo de avaliar o impacto que a NIRF 15 terá sobre as demonstrações financeiras. Até que o processo tenha sido concluído, o banco não é capaz de determinar a importância do impacto.

IFRS 16 – Locações

A NIRF 16 estabelece os princípios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgações das locações, com o objectivo de assegurar que os locadores e os locatários providenciem a informação relevante que represente fielmente estas transacções.

O banco encontra-se em processo de avaliação da aplicação da NIRF 16 nas demonstrações financeiras. Até à avaliação ser completa, não é possível ao banco determinar a relevância do impacto. A data efectiva de implementação é no dia 01 de Janeiro de 2019.

2. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2016	31.12.2015
Moedas e notas	860 606	510 985
Saldos com o Banco de Moçambique	2 126 575	1 129 102
Disponibilidades à vista no FirstRand	-	17 067
Disponibilidades à vista noutros bancos	2 337 923	860 904
	5 325 104	2 518 058

Inclui-se no movimento de caixa e equivalentes de caixa, juros e proveitos equiparados de 1.697.643 milhares de Meticals (2015: 1.106.934 milhares de Meticals) e despesas de juros e custos equiparados de 443.010 milhares de Meticals (2015: 255.374 milhares de Meticals), considerados como actividades operacionais.

As disponibilidades no Banco de Moçambique cumprem as exigências legais de manutenção de reservas de caixa obrigatórias. O valor das reservas de caixa mínimas ascendia a 1.371.250 milhares de Meticals e 6.916 milhares de Dolares Norte Americanas em 2016 (2015 – 933.366 milhares de Meticals). O regime em vigor em 31 de Dezembro de 2016, previsto no Aviso n.º 06/GBM/2016 do Banco de Moçambique, determinava que as instituições financeiras tinham de fazer depósitos iguais a pelo menos 15.5% do saldo médio dos depósitos dos clientes no fim de cada período. A reserva de caixa mínima de 15.5% em moeda estrangeira foi introduzida pela primeira vez em 2016. Estas reservas mínimas junto do Banco de Moçambique não são remuneradas. Reservas de caixa são restritas e não para o uso diário do banco, tendo de ser revisto bimensalmente.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

O valor contabilístico de caixa e equivalentes de caixa aproxima-se do justo valor.

3. Activos financeiros disponíveis-para-venda

	31.12.2016	31.12.2015
Títulos de investimento - Participações financeiras não cotadas	14 348	14 348

O saldo desta rubrica é decomposto como segue:

Investimento de 13.260 milhares de Meticals relativo a 2,45% do capital da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO). Esta participação está relacionada com a licença da SIMO que presta vários serviços ao mercado interbancário. O investimento está valorizado ao custo de aquisição, uma vez que não é possível determinar o justo valor de forma fiável.

Investimento de 1.088 milhares de Meticals referente a 19,86% (constituído por 49 900 acções) na Sociedade InterBancos, S.A. A Sociedade InterBancos é a entidade que gere a rede interbancária "Ponto24" em Moçambique que disponibiliza serviços através do cartão "Ponto24" ou VISA em terminais ATM e POS, assim como por Internet "NET.24" e telemóvel "MOBILE.24". O investimento está valorizado ao custo de aquisição, uma vez que não é possível determinar o justo valor de forma fiável.

Investimento de 0.000117 milhares de Meticals adquirido em 2014, representado por 1 acção, na Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Globais (SWIFT) é uma sociedade cooperativa internacional, com sede em Bruxelas, com o objectivo de criar um canal de comunicação global entre seus participantes, bem como padronizar transações financeiras internacionais.

Títulos de investimento - Participações financeiras não cotadas

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo de abertura em 1 de Janeiro	14 348	8 713
Conversão de empréstimo para investimento	-	5 635
Movimento de justo valor	-	-

4. Activos financeiros detidos-até-à-maturidade

	31.12.2016	31.12.2015
Títulos de investimento		
Bilhetes do tesouro	1 380 000	1 739 091
Obrigações de tesouro	357 000	387 000
	1 737 000	2 126 091
Proveitos diferidos - Bilhetes do tesouro	(37 221)	(46 440)
Juros a receber - Obrigações de tesouro	10 891	10 927
	1 710 670	2 090 578

Movimento dos activos financeiros detidos-até-à-maturidade:

	Bilhetes do tesouro	Obrigações de tesouro	Total
Saldo inicial a 01 de Janeiro de 2016	1 692 651	397 927	2 090 578
Movimento	(367 872)	(12 036)	(379 908)
Aquisições	3 420 000	-	3 420 000
Títulos vencidos	(3 787 872)	(12 036)	(3 799 908)
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2016	1 324 779	385 891	1 710 670

A Carteira de Bilhetes do tesouro em 31 de Dezembro 2016 tem maturidades de 91 e 182 dias (182 e 364 dias em 2015) e são remuneradas a taxas que variam entre 18% a 27,6% (6,89% a 7,55% em 2015).

As Obrigações de tesouro referem-se a títulos adquiridos nos dias 30 de Abril de 2013 (70.000 milhares de Meticals); 28 de Maio de 2014 (10.000 milhares de Meticals); 26 de Junho de 2014 (12.000 milhares de Meticals); 23 de Julho de 2014 (70.000 milhares de Meticals); 25 de Agosto de 2015 (75.000 milhares de Meticals); 25 de Agosto de 2015 (75.000 milhares de Meticals); 25 de Agosto de 2015 (30.000 milhares de Meticals) e 25 de Agosto de 2015 (15.000 milhares de Meticals), e que vencem nos dias 30 de Abril de 2017, 28 de Maio de 2017, 26 de Junho de 2017, 23 de Julho de 2017 e quatro obrigações no dia 25 de Agosto de 2018 respectivamente. O cupão, que é pago numa base semestral, é calculado pela adição de uma margem de 0,5% ao índice da taxa média ponderada das últimas seis emissões de bilhetes do tesouro com validades entre 60 a 182 dias. A taxa de juros em 31 de Dezembro de 2016 variam de 7,5% a 10% (7,5% a 10% em 2015).

Os bilhetes do tesouro são activos correntes e as obrigações do tesouro que tem maturidade em 2017 são activos correntes e as maturidades em 2018 são activos de médio a longo prazo.

Movimento em caixa e equivalentes de caixa são conforme o seguinte:

	31.12.2016	31.12.2015
Rendimentos diferidos de investimentos detidos até a maturidade	(9 219)	20 887
Juros a receber de investimentos detidos até a maturidade	36	(774)
Aquisição de activos financeiros detidos-até-à-maturidade	(3 420 000)	(2 884 091)
Alienação e reembolso de activos financeiros detidos-até-à-maturidade	3 799 908	2 450 925
	370 725	(413 053)

5. Créditos a clientes

Análise de categoria

Descobertos e outras facilidades	
Propriedades residenciais	
Particulares	
Créditos a empresas	
Juros a receber	
Perdas por imparidade no crédito a clientes (nota 6)	

	31.12.2016	31.12.2015
Descobertos e outras facilidades	2 847 231	2 518 323
Propriedades residenciais	1 105 323	1 170 442
Particulares	770 860	896 606
Créditos a empresas	3 062 411	3 328 854
Juros a receber	71 648	45 494
	7 857 473	7 959 719
Perdas por imparidade no crédito a clientes (nota 6)	(707 847)	(257 381)
	7 149 626	7 702 338

Os créditos a clientes por sector de actividade podem ser resumidos como se segue:

Construção e imobiliário	147 324	313 355
Industria e comércio	2 993 220	3 051 793
Entidades financeiras	132 854	183 844
Empresas de serviços	2 460 957	1 981 750
Crédito pessoal	1 936 719	2 195 708
Transportes e comunicação	114 751	187 775
Juros a receber	71 648	45 494
	7 857 473	7 959 719

6. Perdas por imparidade no crédito concedido

Empréstimos significativos são monitorados pela Comissão de Crédito e efectuada a imparidade de acordo com a política de imparidade do banco quando é observada a indicação de imparidade.

Os seguintes factores são considerados na determinação da evidência objectiva de que o activo tenha sido depreciado:

- Violação dos convénios e condições de empréstimo;
- Período de tempo de pagamentos contratuais vencidos;
- Modelos de crédito actuariais;
- Perda de emprego ou morte do mutuário; e
- Probabilidade de liquidação do cliente.

Onde existe evidência objectiva de imparidade, o teste de imparidade é realizado com base na Perda Dado o Incumprimento (PDI), Probabilidade de Incumprimento (PI) e Exposição de incumprimento (EI).

Análise do movimento em imparidade no crédito concedido

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo no início do exercício	257 381	180 622
Valores utilizados durante o exercício	(92 602)	(8 786)
Reclassificações	-	-
Variação de imparidade	543 068	85 545
Aumento de imparidade	572 010	152 498
Redução de imparidade	(28 942)	(66 953)
	707 847	257 381

Saldo no fim do exercício

Incluindo		
Imparidade específica	401 926	99 034
Imparidade colectiva	305 921	158 347
	707 847	257 381

Impacto na demonstração do rendimento integral

Imparidade líquida surgida durante o exercício		
Imparidade individual	302 892	152 498
Imparidade colectiva	240 176	(66 953)
Valor líquido imputado ao resultado líquido	543 068	85 545

Os créditos mal parados por sector de actividade podem ser resumidos como se segue:

Construção e imobiliário	38 964	30 764
Industria e comércio	463 652	210 854
Empresas de serviços	390 486	149 594
Crédito pessoal	361 149	210 504
Transportes e comunicação	27 346	21 957
	1 281 597	623 673



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

Os créditos mal parados por categoria de produtos podem ser resumidos como se segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Descobertos e outras facilidades	393 504	75 578
Propriedades	145 338	39 645
Particulares	187 722	143 109
Créditos a empresas	555 033	365 341
Total	1 281 597	623 673

As provisões específicas por sector de actividade podem ser resumidos como se segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Construção e imobiliário	12 017	18 035
Indústria e comércio	207 764	31 859
Empresas de serviços	93 822	18 195
Crédito pessoal	88 323	30 945
Total	401 926	99 034

As provisões específicas por categoria de produtos podem ser resumidos como se segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Particulares	88 323	30 945
Créditos a empresas	313 603	68 089
Total	401 926	99 034

7. Contas a receber

	31.12.2016	31.12.2015
Contas de regularização e compensação	119 026	35 972
Pagamentos antecipados	31 458	38 436
Total	150 484	74 408

Contas a receber são classificados como activos financeiros ao custo amortizado, à excepção dos pagamentos antecipados. O valor líquido contabilístico aproxima-se do justo valor das contas de regularização e compensação.

8. Activos por impostos correntes

	31.12.2016	31.12.2015
Total	62 369	76 839

O valor a receber resulta do pagamento antecipado do Imposto Sobre o Rendimento (IRPC), de acordo com a legislação fiscal.

9. Activos tangíveis

	Imóveis	Equipamento informático	Mobiliário e acessórios	Veículos	Equipamento de escritório	Total
31.12.2016						
Custo de aquisição / valor reavaliado	543 175	225 529	253 714	25 537	175 059	1 223 014
Depreciações acumuladas	(161 323)	(150 161)	(22 718)	(15 186)	(98 067)	(447 455)
Valor líquido contabilístico	381 852	75 368	230 996	10 351	76 992	775 559
Movimentos em activos tangíveis						
Saldo no início do exercício	374 203	79 155	124 386	14 944	72 855	665 543
Adições	29 026	34 201	112 032	-	18 327	193 586
Alienações	-	(206)	(1 013)	-	-	(1 219)
Depreciações	(21 377)	(37 782)	(4 409)	(4 593)	(14 190)	(82 351)
Saldo à data de balanço	381 852	75 368	230 996	10 351	76 992	775 559

31.12.2015

	Imóveis	Equipamento informático	Mobiliário e acessórios	Veículos	Equipamento de escritório	Total
Custo de aquisição / valor reavaliado	514 303	193 404	144 113	25 537	156 732	1 034 089
Depreciações acumuladas	(140 100)	(114 249)	(19 727)	(10 593)	(83 877)	(368 546)
Valor contabilístico	374 203	79 155	124 386	14 944	72 855	665 543

Movimentos em activos tangíveis

Saldo no início do exercício	187 735	48 665	49 791	2 827	67 693	356 711
Adições	204 532	54 471	78 170	21 735	19 366	378 274
Alienações	-	(22)	-	(6 449)	-	(6 471)
Depreciações	(18 064)	(23 959)	(3 575)	(3 169)	(14 204)	(62 971)
Saldo à data de balanço	374 203	79 155	124 386	14 944	72 855	665 543

Os registos a partir dos quais se pode recolher informação relativa aos terrenos e edifícios estão disponíveis para inspecção nas instalações do banco. O banco reavalia, numa base anual, a estimativa da vida útil remanescente, valor residual e o método de depreciação dos activos tangíveis e intangíveis. Esta reavaliação, requiere estimativas da administração. O banco adopta o modelo de revalorização nos seus edifícios. As variações de justo valor são reconhecidas em capital próprio. O justo valor é obtido através do valor de mercado, de acordo com as reavaliações efectuadas por um avaliador independente.

Modelo de reavaliação dos edifícios

Dentro da rubrica de propriedade, o banco reconheceu duas classes distintas de propriedade: activos próprios e agências arrendadas. Em 31 de Dezembro de 2016, activos próprios apresentam um valor líquido contabilístico de 311.980 milhares de Meticals (346.014 milhares de Meticals em 2015). As depreciações do exercício ascendem a 5.346 milhares de Meticals em 2016 (2.824 milhares de Meticals em 2015). As agências arrendadas apresentam um valor líquido contabilístico de 70.464 milhares de Meticals (28.189 milhares de Meticals em 2015). As depreciações do exercício ascendem a 15.439 milhares de Meticals em 2016 (15.240 milhares de Meticals em 2015).

O banco procede à adopção do modelo da reavaliação dos seus edifícios. Em 31 de Dezembro de 2013, uma avaliação independente foi realizado para determinar o justo valor da sede e balcão na Avenida 25 de Setembro. Este valor foi determinado em 107.130 milhares de Meticals. Embora os edifícios não foram reavaliados no ano em curso, a administração crê que o justo valor não defira dos montantes líquidos contabilísticos reconhecidos.

Se a sede e o balcão fossem mensurados utilizando a abordagem do custo histórico, o custo de aquisição e depreciação acumulada seria apresentada da seguinte forma:

	31.12.2016	31.12.2015
Ao valor de custo	330 643	330 643
Depreciações acumuladas	(26 586)	(24 821)
Total	304 057	305 822

Consequentemente, como resultado da avaliação independente, o valor contabilístico dos edifícios é de 40.192 milhares de Meticals acima do que teria sido ao custo histórico (2015: 40.192 milhares de Meticals). Não houve perdas por imparidade de activos tangíveis durante o ano em análise. Activos por impostos diferidos
Movimento de activos por impostos diferidos

10. Activos por impostos diferidos

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo no início do exercício	8 071	2 247
Aumentos em resultados do ano	190 010	5 824
Total	198 081	8 071

O banco procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e tenha o direito legalmente executável de compensar.

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível a diferenças temporárias resultantes dos seguintes itens:

	31.12.2016	31.12.2015
Imparidade de outros activos	9 256	5 599
Provisão de reavaliação da posição cambial nos contratos cambiais a termo	-	142
Actividades de marketing	2 248	2 330
Perdas do exercício	186 577	-
Total	198 081	8 071

11. Activos intangíveis

	31.12.2016	31.12.2015
Custos de desenvolvimento de programas informáticos	48 259	53 232
Ao valor de custo	143 871	130 197
Amortizações acumuladas	(95 612)	(76 965)
Movimentos nos activos intangíveis		
Saldo no início do exercício	53 232	35 259
Adições	14 455	29 803
Amortizações	(19 428)	(11 830)
Saldo no fecho do exercício	48 259	53 232

12. Depósitos e contas correntes

	31.12.2016	31.12.2015
Análise de categorias		
Bancos e instituições de crédito	333 539	1 375 973
Contas correntes e depósitos à ordem	7 119 597	5 459 672
Depósitos a prazo e com pré-aviso	4 994 358	3 352 388
Outros depósitos	4 930	14 620
Total	12 452 424	10 202 653
Acréscimo de juros de depósitos e contas correntes	143 892	129 262
Total	12 596 316	10 331 915

Depósitos e contas correntes são classificados como passivos financeiros a custo amortizado.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

O valor líquido contabilístico de depósitos e contas correntes aproxima-se do justo valor.

	31.12.2016	31.12.2015
Análise geográfica		
Moçambique	12 106 911	10 099 659
República da África do Sul	20 495	25 140
Estados Unidos	278 468	6 668
Reino Unido	546	21 316
Alemanha	46 004	49 850
Total	12 452 424	10 202 653

13. Credores e acréscimos de custos

	31.12.2016	31.12.2015
Contas a pagar e acréscimos de custos	420 995	174 389
Proveitos recebidos antecipadamente	151 415	116 754
Total	572 410	291 143

Credores e acréscimos de custos são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. O valor líquido contabilístico das contas a pagar aproxima-se do justo valor.

14. Regimes de remuneração

O valor reconhecido nos lucros ou prejuízos para os pagamentos baseados em ações é o seguinte:

	31.12.2016	31.12.2015
Plano de acção condicional - montante incluído nos resultados	10 228	4 566

A atribuição condicional compreende uma série de ações integrais do Grupo FirstRand sem preço de exercício. Estas atribuições são adquiridas condicionalmente após três anos. O número de ações que são atribuídas é determinado pelo grau em que se cumprem as condições de desempenho. As atribuições condicionais são feitas anualmente e a aquisição está sujeita ao desempenho financeiro e não financeiro especificado determinado anualmente pela Comissão de Remuneração do Grupo FirstRand. Os colaboradores que recebem ações não têm direito a receber dividendos durante o período de carência.

O passivo baseado em ações em pagamento liquidado totalizaram 44.810 milhares de Meticals no final do ano (2015: 18.957 milhares de Meticals). O passivo foi reconhecido em Credores e acréscimos de custos.

Metodologias de avaliação

O plano de acção condicional é avaliado utilizando o modelo de fixação de preço Black Scholes com um preço de exercício zero. O regime é de liquidação financeira e, portanto, é reavaliado a cada data de relatório. A taxa de juros é a taxa livre de risco de retorno conforme registado no último dia do exercício financeiro, em uma curva de swap de um termo igual à expectativa de vida do plano. A taxa média ponderada de perda utilizada é baseada em dados históricos de perda sobre todos os regimes, cientes do facto das ações estarem dentro ou fora do dinheiro.

Plano de acção condicional

	31.12.2016	31.12.2015
Volatilidade esperada (%)	25	25
Período de carência (anos)	3	3
Taxa livre de risco esperado (%)	7.36 - 8.06	4.82 - 7.07

15. Provisões

	Provisão para férias	Contencioso	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	12 679	22 593	35 272
Aumento durante o exercício	2 336	204	2 540
Utilizado durante o exercício	(858)	(22 593)	(23 451)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	14 157	204	14 361
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	9 479	15 850	25 329
Aumento durante o exercício	4 074	6 743	10 817
Utilizado durante o exercício	(874)	-	(874)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	12 679	22 593	35 272

Funcionários do banco podem acumular até 44 dias úteis de licença de férias. Não haverá acréscimo além dos 44 dias de trabalho. Todas as férias além deste limite são perdidas quando se vencem e os funcionários perdem o direito de usarem estes dias. Todas as férias não usadas (até 44 dias) são reconhecidas na Provisão para férias.

A provisão para contencioso é uma obrigação presente como resultado de eventos passados, e é provável que se precise do exfluxo de recursos que incorpora benefícios económicos por forma a liquidar a obrigação e para que se faça uma estimativa confiável do valor da obrigação. A provisão refer-se a processos judiciais em curso de ex funcionários e clientes.

16. Passivos subordinados

	31.12.2016	31.12.2015
	73 492	45 900

Representa um empréstimo efectuado pelo accionista, FirstRand Moçambique Holdings Lda, no montante de USD 1 000 000, com maturidade em 2017. O referido empréstimo subordinado vence juros à taxa Libor anual, acrescida de 5,15%, pagos semestralmente. O valor contabilístico do empréstimo do Grupo aproxima-se do justo valor.

Passivos subordinados são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos por impostos diferidos
Movimento de passivos por impostos diferidos

17. Passivos por impostos diferidos

	31.12.2016	31.12.2015
	(11 844)	(12 183)
Saldo no início do exercício	(12 183)	(12 522)
Redução em resultados do ano	339	339
O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível a diferenças temporárias resultantes dos seguintes itens:	(11 844)	(12 183)
Reavaliação de activos tangíveis	(11 844)	(12 183)

18. Impostos indirectos e imposto sobre o rendimento

	31.12.2016	31.12.2015
18.1 Impostos indirectos	1 473	1 119
18.2 Imposto sobre o rendimento		
Impostos correntes	-	62 512
Retenção de impostos nos juros de obrigações do tesouro	43 893	21 804
Correção dos impostos dos exercícios anteriores	6 538	(2 495)
Tributação autónoma	51	-
Impostos diferidos	(190 349)	(6 163)
Activos	(190 010)	(5 824)
Passivos	(339)	(339)
Total	(139 867)	75 658

Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	31.12.2016	31.12.2015
Lucros antes de impostos de acordo com as demonstrações financeiras	(460 792)	317 739
Acréscimos:	122 581	62 763
Reintegrações e amortizações não dedutíveis	2 852	2 366
Custos relativos a exercícios anteriores	30 909	1 875
Imparidades não dedutíveis	18 997	11 134
Despesas com viaturas ligeiras de passageiros	1 018	1 300
Actividades de marketing não dedutíveis	3 386	-
Justo valor de activos financeiros	1 262	6 873
Outros	64 157	39 215
Deduções:	(244 846)	(176 345)
Juros de obrigações do tesouro	(37 147)	(34 878)
Juros de bilhetes do tesouro	(151 515)	(96 351)
Reversão de Provisões	(6 377)	(24 028)
Justo valor de activos financeiros	(1 677)	(7 695)
Outros	(48 130)	(13 393)
(Perdas) / lucros para efeitos fiscais	(583 057)	204 157
Prejuízos fiscais	583 057	-
Imposto corrente a 32%	-	65 330
Dupla tributação económica	-	(2 818)
Taxa de imposto efectiva	0,00%	19,67%
Correção dos impostos dos exercícios anteriores	6 538	(2 496)
Tributação autónoma	51	-
Taxa de imposto diferido	(190 349)	(6 163)
Retenção de impostos nos juros de obrigações do tesouro	43 893	21 804
Total	(139 867)	75 657



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de Contribuição Industrial, IRPS (Impostos sobre singulares), IRPC (Imposto sobre Empresas) e IVA.

A administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o banco se encontra sujeito, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

19. Acções ordinárias

19 575 469 (2015: 19 575 469) acções ordinárias de MT 100 cada, autorizadas e emitidas (sem acções não emitidas)

Accionista

	31.12.2016	31.12.2015
FirstRand Moçambique Holdings (90,00% - 17.617.910 acções)	1 761 791	1 761 791
GCP - Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais (10,00% - 1.957.550 acções)	195 755	195 755
FirstRand Investment Holdings Proprietary Limited (0,00% - 9 acções)	1	1
Total	1 957 547	1 957 547

Em Setembro de 2015, o banco emitiu 498.000 milhares de meticals em novas acções (4.980.000 acções de MT 100 cada) subscritos pelos accionistas em termos iguais.

20. Reservas

	31.12.2016	31.12.2015
Reserva legal	88 837	52 525
Reserva de reavaliação	27 331	27 331
Reservas estatutárias	56 393	56 393
Reservas não distribuíveis	172 561	136 249
Resultados transitados	35 969	393 206
Total das reservas	208 530	529 455

Natureza e finalidade das reservas:

Reserva legal

De acordo com a lei vigente, o banco deve transferir para reserva legal 15% dos lucros líquidos até que a reserva seja igual ao montante do capital social. Estas reservas não são distribuíveis, mas podem ser utilizadas para cobrir prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva estatutária

De acordo com os estatutos do banco, o Conselho de Administração pode propor as constituições de reservas para além das legalmente estabelecidas por Lei. Essas reservas podem ser para investimento, estabilização de dividendos e outras finalidades.

21. Análise de proveitos de juros e custos de juros

21.1 Juros e proveitos equiparados

	2016	2015
Créditos e adiantamentos a clientes	1 589 698	1 021 200
Outros rendimentos financeiros	188 663	131 228
Total	1 778 360	1 152 428

Relativos às seguintes categorias de instrumentos financeiros

	2016	2015
Empréstimos e contas a receber	1 589 698	1 021 200
Activos financeiros detidos até-a-maturidade		
Bilhetes do tesouro	151 516	96 350
Obrigações de tesouro	37 147	34 878
Total	1 778 360	1 152 428

21.2 Despesas de juros e custos equiparados

	2016	2015
Bancos e instituições de crédito	1 781	276
Contas corrente e depósitos à ordem	77 167	47 190
Depósitos a prazo e com pré-aviso	472 245	254 097
Outros depósitos	35 709	83 073
Total	586 902	384 636

Despesas de juros e custos equiparados são de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado.

22. Proveitos líquidos de comissões e resultados de operações financeiras

	2016	2015
	599 893	733 738
Comissões	252 790	282 388
Encargos bancários	97 101	93 635
Resultados de operações financeiras	250 002	357 715

23. Custos operacionais

	2016	2015
Amortizações	19 428	11 830
Remuneração dos auditores	12 545	11 154
Honorários dos auditores	12 545	11 154
Outros custos	-	-
Custos do transporte de valores	26 577	20 742
Comunicações	88 234	53 050
Consumíveis	11 089	12 856
Depreciações	82 351	62 971
Aluguer de equipamento, reparações e manutenção	105 981	51 843
Custos de tecnologias da informação	39 380	24 315
Prémios de seguro	8 735	6 254
Custos com empresas do grupo	276 734	136 343
Custos de marketing e publicidade	40 422	31 216
Custos com locação operacional (edifícios)	125 922	67 721
Impressão de documentos e material de escritório	20 631	14 179
Custos com segurança	14 762	10 759
Custos com o pessoal	712 378	510 206
Salários	689 757	488 625
Contribuições para a Segurança Social dos funcionários no activo	22 621	21 581
Custos de deslocações e transportes	21 667	19 428
Outros custos	100 766	52 260
Total	1 707 602	1 097 127

24. Contas extra-patrimoniais

	2016	2015
Garantias	961 655	970 262
Cartas de crédito	41 663	192 836
Total de contas extra-patrimoniais	1 003 318	1 163 098

Garantias consistem predominantemente de avais e garantias de desempenho.

25. Compromissos

	31.12.2016	31.12.2015
Despesas de capital		
Autorizado mas não desembolsado	-	31 821

Os fundos para fazer face a estas obrigações serão providenciados pelo banco e pelos fundos de recapitalização via emissão de acções através dos accionistas, no âmbito do plano de expansão aprovado em 2016. Estes compromissos foram contratados para actualizar os sistemas de Tecnologia de Informação do banco, a expansão da rede de agências e compra de um novo edifício para a sede.

Linhas de crédito firmes não utilizadas

	2016	2015
Empréstimos / descobertos	1 463 752	1 505 821
	1 463 752	1 505 821
Total de compromissos	1 463 752	1 537 642

Responsabilidades de locação financeira operacional - Banco como locatário



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

As operações mais significativas relativas a locações operacionais estão relacionadas com os contratos de arrendamento das várias agências do banco e dos locais onde este procedeu à instalação de ATM's. As rendas são pagas mensalmente e os contratos são negociados por períodos de 5 anos, renegociáveis por igual período. As restrições são pouco significativas e não têm um impacto material nas obrigações do banco. As rendas são geralmente por um período de um a cinco anos. Os contratos de arrendamento não são canceláveis e alguns dos contratos têm a opção de renovar por mais um período de locação financeira no final do prazo do contrato original.

	Dentro de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais do que 5 anos
31.12.2016			
Imóveis	81 237	220 728	-

	Dentro de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais do que 5 anos
31.12.2015			
Imóveis	75 838	359 587	-

26. Informações relativas a partes relacionadas

O banco define partes relacionadas como:

- A empresa-mãe;
- Subsidiárias e empresas do grupo;
- Empresas associadas;
- Empreendimentos conjuntos;
- Associados e empreendimentos conjuntos da empresa-mãe e subsidiárias;
- Os grupos que tem influência significativa sobre a empresa-mãe. Caso um investidor tenha influência significativa sobre a empresa-mãe, então, é tido como uma parte relacionada não só da empresa-mãe, mas também das subsidiárias, incluindo o banco;
- Fundos de benefício pós emprego (fundos de pensão);
- O pessoal-chave da administração, sendo o Conselho de Administração e a Comissão Executiva do banco, incluindo qualquer entidade que empresta serviços-chaves de gestão de pessoal ao banco;
- Membros próximos da família de pessoal chave da gestão (cônjuge / parceiro/a com quem vive maritalmente e filhos, filhos de parceiro/a e dependentes de ambas as partes); e
- Entidades controladas, controladas conjuntamente ou significativamente influenciadas por um indivíduo referido nos pontos (viii) e (ix).

26.1 Empréstimos e adiantamentos a partes relacionadas

	Directores e outro pessoal chave da direcção (e familiares próximos)		Outras partes relacionadas	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimo em dívida em 1 de Janeiro	36 853	47 140	50 298	51 858
Empréstimos concedidos no curso do exercício	-	1 638	1 163	6 125
Reembolso de empréstimos no decurso do exercício	(31 293)	(11 925)	(672)	(7 685)
Empréstimo em dívida em 31 de Dezembro	5 560	36 853	50 789	50 298

Empréstimos e adiantamentos consistem em financiamento via prestações.

26.2 Depósitos de partes relacionadas

	Directores e outro pessoal chave da gestão (e familiares próximos)		Outras partes relacionadas	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos em 1 de Janeiro	27 006	6 569	21 521	18 047
Depósitos recebidos no decurso do exercício	255 815	27 006	71 383	21 521
Depósitos reembolsados durante o exercício	(27 006)	(6 569)	(21 521)	(18 047)
Depósitos em 31 de Dezembro	255 815	27 006	71 383	21 521

Sobre os depósitos acima não existem garantias, são remunerados a taxas de juro variáveis e pagos nos períodos acordados.

26.3 Empréstimos de partes relacionadas

	31.12.2016	31.12.2015
FirstRand Moçambique Holding	73 492	45 900

Juros relacionados com este empréstimo é de 4.074 milhares de Meticals em 2016 (2.674 milhares de Meticals em 2015).

26.4 Custos operacionais

FNB Moçambique incorreu em despesas num Acordo de Serviços com o FirstRand Limitada. A despesa em 2016 ascende a 276.734 milhares de meticals (136.343 milhares de meticals em 2015).

27. Objectivos e políticas de gestão do risco financeiro

As actividades do banco originam exposição a riscos de diversa ordem e exigem uma gestão profissional dos mesmos. As principais funções do banco em termos de gestão de risco consistem em identificar a totalidade dos riscos-chaves para o banco, mensurar

esses riscos, gerir as posições de risco e determinar as alocações adequadas de capital. O banco revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco, assim como os sistemas implementados por forma a considerar alterações ocorridas no mercado, nos produtos e nas práticas de boa governação emergentes.

O objectivo do banco é o de atingir um equilíbrio permanente entre risco / retorno e minimizar os efeitos potencialmente adversos que possam afectar o seu desempenho financeiro. O banco define risco como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas ou a falta de obtenção de ganhos, as quais podem ser causadas por factores internos ou externos.

Uma gestão de riscos eficiente é crucial numa organização complexa como o banco. Uma cultura de gestão de risco robusta e sólida assegura que sejam tomadas decisões de negócio adequadas, por forma a equilibrar os diversos riscos inerentes a qualquer transacção ou recompensa. Um conhecimento e cumprimento da cultura de risco são parte integrante das actividades quotidianas do banco.

O Conselho de Administração do banco reconhece ser responsável, em última instância, por se justificar perante os accionistas relativamente:

- Ao processo de gestão de riscos e aos sistemas de controlo interno;
- À identificação, avaliação e gestão dos riscos significativos a que o banco se encontra exposto;
- A assegurar a existência e manutenção de um sistema de controlo interno adequado que permita reduzir a um nível aceitável os riscos significativos a que o banco se encontra exposto;
- A assegurar que existe um processo documentado e testado que permite ao banco continuar os seus processos comerciais críticos, mesmo em casos de ocorrência de incidentes que tenham impacto nas actividades por si desenvolvidas; e
- A rever o sistema de controlo interno quanto à sua efectividade e eficiência.

A administração define, por escrito, as principais políticas de gestão de risco, assim como políticas que visam cobrir áreas específicas, tais como risco cambial, risco de taxas de juro, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivados e não derivados. Adicionalmente, a função de auditoria interna é responsável pela revisão independente da gestão de riscos e dos controlos implementados.

Os principais tipos de risco a que o banco se encontra exposto são o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de mercado e o risco operacional.

Estas notas apresentam a exposição do banco face a tipos de riscos abaixo indicados, os objectivos do banco, políticas, processos para mensuração e gestão dos referidos riscos.

28. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco que o banco tem de sofrer perdas financeiras, se um dos seus clientes ou uma outra entidade não cumprir com as suas obrigações. O risco de crédito provém essencialmente dos empréstimos comerciais e de consumo, adiantamentos, cartões de crédito e outros compromissos relacionados com créditos relacionados com tais actividades, como os derivados do crédito, garantias bancárias, cartas de crédito, endossos e avales.

Sendo o risco de crédito o maior risco do banco, a direcção gere a sua exposição cuidadosamente. A gestão e o controlo do risco de crédito são supervisionados por uma equipa de gestão de risco de crédito, que reporta à administração e aos responsáveis de cada área. O banco gere as carteiras de crédito com especial atenção às interacções entre as várias equipas envolvidas na gestão do risco. Estas acções melhoraram com a adopção de procedimentos contínuos, termos de metodologias e ferramentas para a avaliação e controlo dos riscos, a reforma dos procedimentos do departamento de crédito e a introdução de técnicas desenvolvidas pelo Grupo FirstRand.

28.1 Gestão do risco de crédito

Empréstimos e adiantamentos (incluindo empréstimos acordados e garantias)

A estimativa de exposição de crédito é complexa e requer o uso de modelos, uma vez que o valor de um produto varia em função das mudanças das variáveis do mercado, fluxos de caixa esperados e a passagem do tempo. A avaliação de risco de crédito de uma carteira de activos implica posteriores estimativas sobre a probabilidade de falhas que possam ocorrer das taxas de perda associadas e falhas na correlação entre as contrapartes.

O banco desenvolveu um modelo de apoio à quantificação do risco de crédito. Este modelo de avaliação e pontuação está em uso para todas as carteiras de crédito e forma a base para mensuração dos padrões de riscos. Ao mensurar os riscos de crédito dos empréstimos e adiantamentos a nível da contraparte, o banco considera três componentes:

- A "probabilidade de incumprimento" por parte do cliente ou contraparte das suas obrigações contratuais;
- A exposição actual da contraparte e o seu provável futuro desenvolvimento, do qual deriva "a exposição ao incumprimento" que poderá afectar o banco; e
- A taxa provável de recuperação das obrigações em mora ("loss given default").

O modelo é revisto regularmente, de modo a monitorar a sua robustez em relação ao desempenho actual e é alterado, quando necessário, conforme necessário para otimizar a sua eficácia.

(i) Probabilidade de incumprimento (PD)

A probabilidade de incumprimento é definida como sendo a probabilidade de incumprimento por contraparte, de qualquer uma das suas obrigações durante o próximo ano e é uma forma de avaliação da capacidade e vontade da contraparte em reembolsar os empréstimos contraídos. O incumprimento neste contexto é definido em duas dimensões:

- Derivado do tempo: a contraparte está em mora de pelo menos uma prestação ou regularização do seu saldo em descoberto; e
- Derivado de um evento: o banco tem razão para acreditar que o empréstimo não será recuperado na sua totalidade, e classifica-o como tal (inclui a perda do capital ou juros, bem como a reestruturação das prestações que resultam numa perda para o banco).

O banco aplica esta definição de incumprimento de forma consistente em todas as carteiras de crédito bem como no reconhecimento de empréstimos em mora (non-performing loans) para fins contabilísticos.

(ii) Exposição ao incumprimento (EAD)

A exposição ao incumprimento (EAD) de um determinado empréstimo é definida como sendo a exposição esperada a que o banco pode estar sujeito, em caso de incumprimento no pagamento dos empréstimos pela contraparte no ano seguinte. Reflecte os compromissos assumidos e as facilidades concedidas pelo banco, que não foram pagas e que podem ser diluídas durante o período de tempo em análise (exposições não reconhecidas no balanço). Também mensura a exposição potencial face à posição dos derivados.

O banco adoptou um modelo EAD adaptado às respectivas carteiras e aos produtos utilizados. Estes foram desenvolvidos internamente e são revistos em função da informação história dos incumprimentos.

(iii) Perdas derivadas do incumprimento (LGD)

A perda derivada de um incumprimento é a terceira maior componente de risco de crédito estimado pelo banco em função do seu modelo interno. É definida como sendo uma perda económica que se espera que o banco venha a sofrer, num determinado empréstimo, devido ao incumprimento da contraparte, e é normalmente expresso como sendo uma percentagem do valor de exposição em pendente na altura do incumprimento.

Na maioria das carteiras, o LGD depende do tipo, qualidade, e nível de subordinação e o valor da garantia em poder do banco em comparação com o nível de exposição total, bem como a efectividade do processo de recuperação e o período do fluxo de caixa recebido durante o trabalho ou processo de reestruturação.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

Os modelos de avaliação do LGD desenvolvidos internamente são utilizados para avaliação das carteiras de crédito, e são revistas em função das experiências internas e externas.

28.2 Mecanismos de controlo do limite de risco de crédito e políticas de mitigação

O banco gere os limites e controla as concentrações de risco de crédito onde quer que estejam identificados (em particular, a contrapartes individuais e grupos, e às indústrias). O banco estrutura os níveis de risco de crédito aceitáveis estabelecendo limites no valor do risco aceite, em relação ao cliente ou grupo de clientes que contraem empréstimos e também em função dos segmentos industriais e geográficos. Estes riscos são supervisionados numa base periódica e sujeitos a uma revisão anual ou em período inferiores, quando necessário. Os limites no nível de risco de crédito por produto e sector industrial são reportados ao Conselho de Administração, trimestralmente. Qualquer ajuste a estes limites é efectuado e aprovado individualmente.

A exposição de qualquer cliente, incluindo bancos e correctores, é restringida pelos sub-limites que cobrem os riscos reconhecidos e não reconhecidos, no balanço e os limites diários de risco em relação a itens de negociação, tais como contratos cambiais a termo (forwards). A exposição actual contra os limites é supervisionada diariamente. A exposição ao risco de crédito é periodicamente gerida através da análise da capacidade dos clientes de liquidar as prestações mensais em dívida, e alterando os limites do empréstimo quando necessário.

“Os limites de crédito são revistos em função da evolução das condições económicas, de mercado, análises de crédito e avaliações periódicas da probabilidade de incumprimento.

Alguns controlos específicos e medidas de mitigação são descritos abaixo:

(a) Garantias

O banco implanta diversas políticas e práticas para reduzir o risco de crédito. A mais tradicional delas é a obtenção de garantias sobre os empréstimos concedidos, que é uma prática comum. O banco implementou orientações sobre a aceitabilidade das classes específicas de garantia suplementares ou de redução de risco de crédito.

Os principais tipos de garantia para empréstimos e adiantamentos são:

- (i) Hipotecas sobre imóveis;
- (ii) Penhor sobre os bens comerciais, como propriedade, inventário e contas a receber;
- (iii) Penhor sobre instrumentos financeiros, tais como títulos de dívida e capital; e
- (iv) Garantias dos accionistas (de empresa ou pessoais).

Por norma são obtidas garantias para financiamentos de longo prazo e para financiamentos concedidos a empresas. A exigência de garantias aquando da concessão de créditos a particulares é dependente do valor. Adicionalmente, de modo a minimizar o risco de perda de crédito, o banco procurará obter garantias adicionais da contraparte, logo que sejam conhecidos indicadores de imparidade sobre empréstimos e adiantamentos relevantes concedidos a particulares.

(b) Compromissos relacionados com o crédito

O principal objectivo deste tipo de instrumentos é o de garantir a disponibilidade de fundos para determinado cliente quando este deles necessita. O banco atribui às garantias concedidas e cartas de crédito o mesmo risco de crédito que atribui aos financiamentos. Os créditos documentários e as cartas de crédito, que representam compromissos escritos assumidos pelo banco em nome de um cliente, autorizando uma terceira entidade a obter fundos do banco até um valor previamente estipulado mediante termos e condições específicas, são garantidos pelo valor dos bens adquiridos a que respeitam os pagamentos e, consequentemente, apresentam um grau de risco menor do que o atribuído a um financiamento directo.

Compromissos para extensão de crédito representam parcelas não utilizadas de autorizações para extensão de crédito sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito. No que se refere ao risco de crédito relacionado com os compromissos para aumentar o crédito, o banco está potencialmente exposto a uma perda de um montante igual ao total dos compromissos não utilizados. Todavia, o montante provável de perda é menor do que o total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos para aumentar crédito está sujeita à manutenção, pelos clientes dos padrões de crédito específicos (referida muitas vezes como compromissos financeiros). O banco supervisiona o período de maturidade dos compromissos de crédito, uma vez que os créditos a médio ou longo prazo apresentam um nível de risco maior que os de curto prazo.

28.3 Qualidade do crédito

(a) Empréstimos e adiantamentos vencidos, mas não em imparidade (montantes brutos)

Os adiantamentos são considerados vencidos quando não foi cumprida a data específica acordada para a sua amortização ou quando não tiverem sido pagas as prestações regulares previstas para a sua amortização. Um empréstimo a pagar à vista é classificado como vencido quando uma cobrança, apesar de efectuada, não é feita de acordo com os requisitos que haviam sido estabelecidos para o efeito. A análise por idade dos créditos, das exposições classificadas como vencidas à data de 31 de Dezembro é apresentada no quadro a seguir:

31.12.2016	Nem vencidos nem com imparidade	Vencido mas não em imparidade			Em imparidade	Total
		1 - 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias		
Antiguidade de crédito						
Empresas	5 071 739	137 733	76 505	117 891	516 616	5 920 484
Retalho	1 749 099	16 981	19 759	54 848	96 302	1 936 989
Total	6 820 838	154 714	96 264	172 739	612 918	7 857 473

31.12.2015	Nem vencidos nem com imparidade	Vencido mas não em imparidade			Em imparidade	Total
		1 - 30 dias	31 - 60 dias	> 60 dias		
Antiguidade de crédito						
Empresas	5 343 287	153 851	44 315	38 457	161 062	5 740 972
Retalho	2 006 537	19 676	27 379	61 125	104 030	2 218 747
Total	7 349 824	173 527	71 694	99 582	265 092	7 959 719

Aquando do reconhecimento inicial dos empréstimos e adiantamentos, o justo valor da garantia é calculada com base em técnicas de avaliação comumente utilizadas para os activos correspondentes. Em períodos subsequentes, o justo valor é avaliado tendo como referência os preços de mercado ou índices dos activos similares.

(b) Empréstimos e adiantamentos com imparidade individual

O valor bruto dos clientes com imparidade individual, no total da carteira de crédito do banco, e o montante de colaterais que o banco possui para minimizar o risco de crédito dos mesmos clientes, encontra-se abaixo indicado:

	31.12.2016	31.12.2015
Empréstimos com imparidade individual	1 281 597	576 760
Justo valor das garantias	2 223 141	1 230 400

O banco faz uso do método de conta de provisão para efeitos de empréstimos de imparidade que são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que a reintegração de posse não tenha ainda ocorrido, o valor de realização do activo é estimado através de modelos internos e é incluído como parte do total de recuperações.

(c) Empréstimos e adiantamentos renegociados

As actividades de reestruturação incluem reescalonamento das prestações a pagar, aprovação de planos de gestão externos, alteração e diferimentos de pagamentos. As políticas e práticas de reestruturação são baseadas em indicadores e critérios que indicam que os pagamentos irão ser realizados. Estas políticas são periodicamente revistas. As reestruturações dos créditos ocorrem normalmente com os créditos a prazo.

O montante dos empréstimos renegociados e mantidos pelo banco à data de 31 de Dezembro de 2016 que se encontravam vencidos ou que apresentavam indícios de imparidade, ascendia a 411.269 milhares de Meticals (2015: 229.364 milhares de Meticals).

(d) Qualidade de crédito por classes de activos financeiros

Para fins de divulgação do banco sobre a qualidade do crédito, os activos financeiros foram analisados a seguir:

31.12.2016	Nem vencidos nem com imparidade	Vencido mas não em imparidade			Em imparidade	Total
		1 - 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias		
Moedas e notas	860 606	-	-	-	-	860 606
Saldos com o Banco de Moçambique	2 126 575	-	-	-	-	2 126 575
Disponibilidades à vista noutros bancos	2 337 923	-	-	-	-	2 337 923
Activos financeiros disponíveis-para-venda	14 348	-	-	-	-	14 348
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	1 710 670	-	-	-	-	1 710 670
Créditos a clientes	6 820 838	154 714	96 264	172 739	612 918	7 857 473
Outros activos	1 234 752	-	-	-	-	1 234 752
Total	15 105 712	154 714	96 264	172 739	612 918	16 142 347

31.12.2015	Nem vencidos nem com imparidade	Vencido mas não em imparidade			Em imparidade	Total
		1 - 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias		
Moedas e notas	510 985	-	-	-	-	510 985
Saldos com o Banco de Moçambique	1 129 102	-	-	-	-	1 129 102
Disponibilidades à vista noutros bancos	877 971	-	-	-	-	877 971
Activos financeiros disponíveis-para-venda	14 348	-	-	-	-	14 348
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	2 090 578	-	-	-	-	2 090 578
Créditos a clientes	7 349 824	173 527	71 694	99 582	265 092	7 959 719
Outros activos	878 093	-	-	-	-	878 093
Total	12 850 901	173 527	71 694	99 582	265 092	13 460 796

A qualidade de crédito de outros activos financeiros nem vencidos nem com imparidade é avaliada de acordo com a classificação actual soberana do país e não foi identificado evidência de que a carteira vai entrar em incumprimento.

28.4 Políticas de provisão e imparidade

O banco estabelece uma provisão para perdas por imparidade que representa a sua estimativa de perdas na sua carteira de crédito. Os principais componentes desta provisão são as perdas específicas relacionadas com o risco de crédito específico e a provisão para grupo homogéneos de créditos, nas situações em que as perdas tenham sido incorridas e não identificadas na avaliação individual.

As provisões para imparidade são reconhecidas para efeitos de relato, apenas quando incorridas na data de relato e exista uma evidência efectiva de imparidade, que é determinada com base nos seguintes critérios definidos pelo banco:

- Incumprimento contratual no pagamento do capital ou juros;
- Evidência de dificuldades de tesouraria por parte do cliente (ex: Rácio de solvabilidade; resultados líquidos sobre as vendas);
- Quebra dos termos do contrato;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do cliente;
- Deterioração do justo valor da garantia; e
- Descida para um nível abaixo do elegível para concessão de um empréstimo.

As normas do banco exigem a revisão anual dos activos financeiros individuais que estejam acima do limiar de materialidade e com antiguidade superior a 90 dias, em períodos inferiores, sempre que se justifique. O cálculo da imparidade das contas individuais é determinado com base na avaliação das perdas à data do relato. São determinados individualmente, caso a caso. Nestas avaliações são consideradas as garantias em posse do banco e as receitas previstas da conta individual.

As provisões de imparidade colectivas são constituídas para:

- (i) As carteiras de activos homogéneos que individualmente encontram-se abaixo do nível de materialidade; e
- (ii) As perdas incorridas, mas que ainda não foram identificadas com base na informação histórica disponível, o julgamento técnico e técnicas estatísticas.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

28.5 Exposição máxima do risco de crédito antes da garantia ou outras melhorias de crédito

Exposição ao risco de crédito relativo a activos reconhecidos no balanço são os seguintes:

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e equivalentes de caixa	4 464 498	2 007 073
Activos financeiros disponíveis-para-venda	1 710 670	2 090 578
Créditos a clientes	7 149 626	7 702 338
Contas a receber	119 026	35 972
Total	13 443 820	11 835 961

Exposição ao risco de crédito relativo a itens não reconhecidos no balanço são os seguintes:

	31.12.2016	31.12.2015
Garantias prestadas	961 655	970 262
Linhas de crédito não utilizadas	1 463 752	1 505 821
Cartas de crédito	41 663	192 836
Total	2 467 070	2 668 919

Os quadros acima representam o pior cenário de exposição do banco em termos de risco de crédito à data de 31 de Dezembro de 2016 e 2015, não tendo sido considerado o justo valor das garantias ou colaterais obtidos. Relativamente aos activos reconhecidos no balanço, a exposição acima apresentada é feita com base no valor líquido contabilístico registado.

A administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e manter, ao nível mínimo para o banco, a exposição ao risco de crédito que resulte da carteira de empréstimos e adiantamentos efectuados. Esta posição consubstancia-se no facto de o banco ter introduzido um processo de selecção mais rigoroso sobre a concessão de empréstimos e adiantamentos.

O quadro abaixo apresenta o valor contabilístico da exposição de crédito do banco (sem considerar qualquer garantia obtida), categorizada pelos sectores de actividade das contrapartes:

Análise das concentrações do risco de crédito por sector de actividade

	Caixa e equivalentes de caixa	Títulos e outros investimentos detidos-até-à-maturidade	Crédito sobre clientes	Contas a receber	Outros activos não sujeitos a risco de crédito	Total
31.12.2016						
Construção e imobiliário	-	-	147 324	-	-	147 324
Fabrica e comércio	-	-	2 993 221	-	-	2 993 221
Sector financeiro	4 464 498	1 710 670	132 855	-	860 606	7 168 629
Empresas de serviços	-	-	2 460 958	119 026	1 130 074	3 710 058
Crédito pessoal	-	-	1 936 719	-	-	1 936 719
Transportes e comunicação	-	-	114 748	-	-	114 748
Juros a receber	-	-	71 648	-	-	71 648
Menos imparidade	-	-	(707 847)	-	-	(707 847)
Total	4 464 498	1 710 670	7 149 626	119 026	1 990 680	15 434 500

	Caixa e equivalentes de caixa	Títulos e outros investimentos detidos-até-à-maturidade	Crédito sobre clientes	Contas a receber	Outros activos não sujeitos a risco de crédito	Total
31.12.2015						
Construção e imobiliário	-	-	313 355	-	-	313 355
Fabrica e comércio	-	-	3 051 793	-	-	3 051 793
Sector financeiro	2 007 073	2 090 578	183 844	-	510 985	4 792 480
Empresas de serviços	-	-	1 981 750	35 972	856 469	2 874 191
Crédito pessoal	-	-	2 195 708	-	-	2 195 708
Transportes e comunicação	-	-	187 775	-	-	187 775
Juros a receber	-	-	45 494	-	-	45 494
Menos imparidade	-	-	(257 381)	-	-	(257 381)
Total	2 007 073	2 090 578	7 702 338	35 972	1 367 454	13 203 415

A exposição do risco de crédito relativo a itens não reconhecidos no balanço é como segue:

	Garantias prestadas	Linhas de crédito não utilizadas	Cartas de crédito	Total
31.12.2016				
Construção e imobiliário	107 095	80 607	-	187 702
Fabrica e comércio	91 741	761 805	41 663	895 209
Sector financeiro	529 197	80 458	-	609 655
Empresas de serviços	227 411	415 891	-	643 302
Crédito pessoal	2 094	112 397	-	114 491
Transportes e comunicação	4 117	12 594	-	16 711
Total	961 655	1 463 752	41 663	2 467 070

31.12.2015

Construção e imobiliário	102 653	49 137	-	151 790
Fabrica e comércio	427 487	967 721	192 836	1 588 044
Sector financeiro	314 955	80 510	-	395 465
Empresas de serviços	122 177	253 364	-	375 541
Crédito pessoal	122	131 535	-	131 657
Transportes e comunicação	2 868	23 554	-	26 422
Total	970 262	1 505 821	192 836	2 668 919

28.6 Colaterais recuperados

As propriedades recuperadas são alienadas o mais rapidamente possível, com vista a reduzir o montante em dívida. As propriedades recuperadas, quando existem, são apresentadas no balanço como activos não correntes disponíveis para venda.

29. Risco de mercado

O banco assume a exposição ao risco de mercado. O risco de mercado é decorrente da possibilidade de acontecer perdas mediante movimentos desfavoráveis no mercado. É o risco de perder dinheiro resultante da mudança ocorrida no valor percebido de um instrumento. Verifica-se a existência de risco de mercado em instrumentos como sejam acções, fundos, papel comercial, obrigações, tomadas / cedências, operações cambiais à vista e a prazo, derivados sobre taxa de juro, sobre taxa de câmbio, sobre acções / índices, sobre mercadorias e de crédito. A exposição a este tipo de risco é assim transversal às diversas categorias: preço, taxa de juro, taxa de câmbio, volatilidade e mercadorias. O banco separa a exposição ao risco em duas categorias: comercial e não comercial.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO). O Conselho de Administração é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço, bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As carteiras de crédito comercial incluem as posições resultantes de transacções de mercado no qual o banco actua como elemento fundamental em relação ao cliente e ao mercado. As carteiras não comerciais relacionam-se com a gestão da taxa de juro de activos, de passivos de entidades bancárias. Carteiras não comerciais também incorporam os riscos cambiais e de capital decorrentes dos investimentos detidos até à maturidade e os disponíveis para a venda.

29.1 Risco cambial

O risco cambial é o risco de o valor de um instrumento flutuar em virtude da variação das taxas de câmbio.

O banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações das principais taxas de câmbio ao nível da sua posição financeira e dos seus fluxos de caixa. O Conselho de Administração estabeleceu limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições "overnight" como diurnas, as quais são monitoradas numa base diária. O quadro abaixo resume a exposição do banco em termos de risco cambial, por moeda, à data de 31 de Dezembro 2016. Estão incluídos na tabela, os instrumentos financeiros do banco sobre os valores contábeis, que encontram-se categorizados por moeda.

Como demonstrado abaixo, o risco cambial advém essencialmente da exposição em USD. Um aumento de 10% da taxa de câmbio em USD resulta numa perda cambial em cerca de 1.7 milhares de meticals (53.1 milhares de Meticals em 2015). Uma diminuição de 10% da taxa de câmbio em USD resulta num ganho cambial em cerca de 1.7 milhares de Meticals (53.1 milhares de Meticals em 2015). Um aumento de 10% da taxa de câmbio em ZAR resulta numa perda cambial em cerca de 0.001 milhares de Meticals (63.2 milhares de Meticals em 2015). Uma diminuição de 10% da taxa de câmbio em ZAR resulta num ganho cambial em cerca de 0.001 milhares de Meticals (63.2 milhares de Meticals em 2015).

	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
Activo						
Caixa e equivalentes de caixa	2 661 825	102 942	382 109	1 277	2 176 951	5 325 104
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	14 348	14 348
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	-	-	-	-	1 710 670	1 710 670
Créditos e adiantamentos a clientes	232 886	1	170	-	6 916 569	7 149 626
Contas a receber	7 092	-	489	-	142 903	150 484
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	62 369	62 369
Activos tangíveis	-	-	-	-	775 559	775 559
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	198 081	198 081
Activos intangíveis	-	-	-	-	48 259	48 259
Total do activo	2 901 803	102 943	382 768	1 277	12 045 709	15 434 500

	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
Passivo						
Depósitos e contas correntes	2 625 979	108 625	361 105	-	9 500 607	12 596 316
Credores e acréscimos de custos	204 046	(5 682)	21 664	1 277	351 105	572 410
Provisões	-	-	-	-	14 361	14 361
Passivos subordinados	73 492	-	-	-	-	73 492
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	11 844	11 844
Total do passivo	2 903 517	102 943	382 769	1 277	9 877 917	13 268 423

Capitais próprios

Capital social	-	-	-	-	1 957 547	1 957 547
Reservas	-	-	-	-	172 561	172 561
Resultados transitados	-	-	-	-	35 969	35 969
Total de capitais próprios	-	-	-	-	2 166 077	2 166 077

Exposição líquida - 2016	(1 714)	-	(1)	-	1 715	-
---------------------------------	----------------	----------	------------	----------	--------------	----------

Exposição líquida - 2015	(53 131)	(9 961)	(63 244)	-	126 336	-
---------------------------------	-----------------	----------------	-----------------	----------	----------------	----------



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticais

	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
Extrapatrimoniais						
Garantias	710 782	14 339	-	-	236 533	961 654
Cartas de crédito	5 294	36 369	-	-	-	41 663
	716 076	50 708	-	-	236 533	1 003 317
Saldo em 2016	714 362	50 708	(1)	-	238 248	1 003 317
Saldo em 2015	657 743	42 135	(49 559)	-	512 779	1 163 098

29.2 Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juro é o risco de que os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro fluam em virtude de alterações das taxas de juro praticadas ao nível do mercado. O risco do justo valor das taxas de juro é o risco de que o valor de um determinado instrumento financeiro se altere devido a variações nas taxas de juro do mercado. O banco encontra-se exposto ao risco dos efeitos das variações que ocorram aos vários níveis do mercado das taxas de juro, em termos de justo valor e de fluxos de caixa. As margens de juro podem sofrer aumentos como consequência desse tipo de flutuações mas pode também ter como consequência uma redução das perdas no caso de ocorrência de movimentos inesperados. O Conselho de Administração estabeleceu limites relativos aos níveis de alteração das taxas de juro permitidos, sendo estes monitorados de forma regular pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCCO).

O quadro abaixo resume o grau de exposição do banco aos riscos da taxa de juro. Inclui instrumentos financeiros do banco em valores contabilísticos, categorizados pelo anterior de repactuação contratual ou datas de vencimento.

Um ambiente de taxas de juros decrescentes pode representar um risco significativo para a margem financeira do banco, sendo que uma descida de 200bp nas taxas de juros poderia causar uma redução de 6% (69.5 milhares de Meticais) na receita líquida de juros (130.1 milhares de Meticais em 2015). Um aumento de 200bp nas taxas de juros poderia causar um acréscimo de 18% (212.9 milhares de Meticais) na receita líquida de juros (130.1 milhares de Meticais de 2015).

Análise da maturidade dos activos e passivos com base no valor presente dos pagamentos futuros:

31.12.2016	Prazo até vencimento					
	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	Acima de 1 ano	Sem juros	Total
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	2 427 880	-	-	-	2 897 224	5 325 104
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	14 348	14 348
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	595 620	657 957	255 252	201 841	-	1 710 670
Créditos a clientes	2 995 467	166 156	604 528	3 383 475	-	7 149 626
Contas a receber	-	-	-	-	150 484	150 484
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	62 369	62 369
Activos tangíveis	-	-	-	-	775 559	775 559
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	198 081	198 081
Activos intangíveis	-	-	-	-	48 259	48 259
Total do activo	6 018 967	824 113	859 780	3 585 316	4 146 324	15 434 500
Passivos						
Depósitos e contas correntes	8 648 276	1 332 424	2 615 616	-	-	12 596 316
Credores e acréscimos de custos	-	-	-	-	572 410	572 410
Provisões	-	-	-	-	14 361	14 361
Passivos subordinados	-	-	-	73 492	-	73 492
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	11 844	11 844
Total do passivo	8 648 276	1 332 424	2 615 616	73 492	598 615	13 268 423
Exposição líquida - 2016	(2 629 309)	(508 311)	(1 755 836)	3 511 824	3 547 709	2 166 077

Análise da maturidade dos activos e passivos com base no valor presente dos pagamentos futuros:

31.12.2015	Prazo até vencimento					
	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	Acima de 1 ano	Sem juros	Total
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	877 971	-	-	-	1 640 087	2 518 058
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	14 348	14 348
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	355 935	499 400	878 243	357 000	-	2 090 578
Créditos a clientes	2 549 011	160 203	373 514	4 619 610	-	7 702 338
Contas a receber	-	-	-	-	74 408	74 408
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	76 839	76 839
Activos tangíveis	-	-	-	-	665 543	665 543
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	8 071	8 071
Activos intangíveis	-	-	-	-	53 232	53 232
Total do activo	3 782 917	659 603	1 251 757	4 976 610	2 532 528	13 203 415

Passivos						
Depósitos e contas correntes	6 161 514	1 194 720	2 975 681	-	-	10 331 915
Credores e acréscimos de custos	-	-	-	-	291 143	291 143
Provisões	-	-	-	-	35 272	35 272
Passivos subordinados	-	-	-	45 900	-	45 900
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	12 183	12 183
Total do passivo	6 161 514	1 194 720	2 975 681	45 900	338 598	10 716 413
Exposição líquida - 2015	(2 378 597)	(535 117)	(1 723 924)	4 930 710	2 193 930	2 487 002

30. Risco de Liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de o banco ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do banco alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor para fazer face a um compromisso. Em situações extremas, a falta de liquidez pode resultar na redução do balanço e alienação de activos, ou potencialmente na incapacidade de cumprir com a concessão de empréstimos acordados. O risco de que o banco não tenha condições de fazer é inerente em todas as operações bancárias e isso pode ser afectado por uma série de eventos de instituições específicas e do mercado, incluindo, mas não limitado a, eventos de crédito, actividade de fusão e aquisição, choques sistémicos e desastres naturais.

30.1 Avaliação e gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é efectuada de forma centralizada para todas as moedas. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez são ultrapassados por via de operações concretizadas com a empresa mãe e com as instituições de crédito inscritas no sistema de operações de mercado junto do Banco de Moçambique. A gestão da liquidez é efectuada pela equipa do departamento de tesouraria do banco, a quem cabe a responsabilidade de gerir o esforço de acesso aos mercados, assegurando a conformidade dos limites de liquidez definidos a nível orçamental. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios, que possibilitam a cobertura dos mesmos. Em 31 de Dezembro de 2016, o Rácio de Liquidez era de 111% (2015: 117%). Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Moçambique.

30.2 Abordagem de financiamento

As fontes de liquidez são revistas regularmente por uma equipa independente no departamento da tesouraria do banco de modo a manter uma ampla diversificação por moeda, zona geográfica, fornecedor, produtos e prazos.

30.3 Passivos financeiros não derivados detidos para gestão do risco de liquidez

Os quadros abaixo apresentam os fluxos de caixa por pagar do banco relativos aos passivos financeiros não derivados e de acordo com as maturidades acordadas na data de relato. Os montantes divulgados nos quadros abaixo são os fluxos de caixa contratuais não descontados, enquanto o banco gere o risco de liquidez inerente baseado nas obrigações de pagamento contratuais não descontadas:

Até 31.12.2016	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos e contas correntes	8 648 276	1 332 424	2 615 616	-	-	12 596 316
Credores e acréscimos de custos	-	420 995	-	-	-	420 995
Passivos subordinados	2 142	-	73 492	-	-	75 634
	8 650 418	1 753 419	2 689 108	-	-	13 092 945
Até 31.12.2015	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos e contas correntes	6 161 514	1 194 720	2 975 681	-	-	10 331 915
Credores e acréscimos de custos	-	174 389	-	-	-	174 389
Passivos subordinados	-	-	-	45 900	-	45 900
	6 161 514	1 369 109	2 975 681	45 900	-	10 552 204

30.4 Activos detidos para gestão do risco de liquidez

Os activos disponíveis destinados à cobertura dos passivos e cobertura dos compromissos de empréstimos assumidos incluem os valores em numerário; depósitos junto ao Banco Central; itens relacionados com as cobranças e outros elegíveis; empréstimos e adiantamentos aos bancos e aos clientes. No decurso normal dos negócios, a proporção dos empréstimos a clientes, contratualmente reembolsáveis no prazo de um ano será alargado. Adicionalmente, alguns títulos de tesouraria e outras facturas foram utilizados para cobrir determinados passivos. O banco pode ultrapassar situações de falta de liquidez com a venda de títulos de tesouraria ou com a obtenção de empréstimos. Os depósitos a prazo incluídos no caixa e equivalentes de caixa são apresentados nas datas de vencimento contratuais, mas podem ser chamados à vista.

Os quadros abaixo indicam a situação de liquidez total do banco, tal como apresentada à direcção, numa base de fluxo de caixa descontado.

Até 31.12.2016	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Activos não líquidos	Total
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	5 325 104	-	-	-	-	-	5 325 104
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	-	14 348	14 348
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	595 620	657 957	255 252	201 841	-	-	1 710 670
Créditos a clientes	2 995 467	166 156	604 528	1 983 337	1 400 138	-	7 149 626
Contas a receber	-	-	-	30 193	95 661	24 630	150 484
Activos por impostos correntes	-	-	62 369	-	-	-	62 369
Activos tangíveis	-	-	-	775 559	-	-	775 559
Activos por impostos diferidos	-	-	-	198 081	-	-	198 081
Activos intangíveis	-	-	-	48 259	-	-	48 259
	8 916 191	824 113	922 149	3 237 270	1 495 799	38 978	15 434 500



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

Até 31.12.2016	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Passivos não financeiros	Total
Total dos capitais próprios e passivo							
Depósitos e contas correntes	8 648 276	1 332 424	2 615 616	-	-	-	12 596 316
Credores e acréscimos de custos	-	389 980	-	-	-	182 430	572 410
Provisões	-	-	-	-	-	14 361	14 361
Passivos subordinados	2 142	-	71 350	-	-	-	73 492
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	11 844	-	-	11 844
Total de capitais próprios	-	-	-	-	-	2 166 077	2 166 077
	8 650 418	1 722 404	2 686 966	11 844	-	2 362 868	15 434 500
Diferença acumulada - 2016	265 773	(898 291)	(1 764 817)	3 225 426	1 495 799	(2 323 890)	-

Até 31.12.2015	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Activos não líquidos	Total
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	1 640 087	-	877 971	-	-	-	2 518 058
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	-	14 348	14 348
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	355 935	499 400	878 243	357 000	-	-	2 090 578
Créditos a clientes	2 551 722	160 203	373 514	2 578 353	2 038 546	-	7 702 338
Contas a receber	-	-	-	37 663	-	36 745	74 408
Activos por impostos correntes	-	-	76 839	-	-	-	76 839
Activos tangíveis	-	-	-	665 543	-	-	665 543
Activos por impostos diferidos	-	-	-	8 071	-	-	8 071
Activos intangíveis	-	-	-	53 232	-	-	53 232
	4 547 744	659 603	2 206 567	3 699 862	2 038 546	51 093	13 203 415

Até 31.12.2015	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Passivos não financeiros	Total
Total dos capitais próprios e passivo							
Depósitos e contas correntes	6 161 514	1 194 720	2 975 681	-	-	-	10 331 915
Credores e acréscimos de custos	-	174 389	-	-	-	116 754	291 143
Provisões	-	-	-	-	-	35 272	35 272
Passivos subordinados	-	-	-	45 900	-	-	45 900
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	12 183	-	-	12 183
Total de capitais próprios	-	-	-	-	-	2 487 002	2 487 002
	6 161 514	1 369 109	2 975 681	58 083	-	2 639 028	13 203 415
Diferença acumulada - 2015	(1 613 770)	(709 506)	(769 114)	3 641 779	2 038 546	(2 587 935)	-

30.5 Itens não reconhecidos no balanço

(a) Garantias bancárias

Os compromissos de empréstimos assumidos pelo banco perante os seus clientes e os montantes contratualmente envolvidos encontram-se divulgados no quadro abaixo.

(b) Outros compromissos de crédito

Informações sobre outros compromissos de crédito encontram-se divulgados no quadro abaixo.

(c) Obrigações do leasing operacional

Nas situações em que o banco é locatário, os pagamentos mínimos, dos contratos que não poderão ser cancelados, encontram-se divulgados no quadro abaixo.

Até 31.12.2016	Inferior a 1 ano	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Garantias	961 655	-	-	961 655
Cartas de crédito	41 663	-	-	41 663
Linhas de crédito não utilizadas	1 463 752	-	-	1 463 752
Compromissos relativos a locação operacional	81 237	220 728	-	301 965
	2 548 307	220 728	-	2 769 035

Até 31.12.2015	Inferior a 1 ano	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Garantias	970 262	-	-	970 262
Cartas de crédito	192 836	-	-	192 836
Linhas de crédito não utilizadas	1 505 821	-	-	1 505 821
Compromissos relativos a locação operacional	75 838	359 587	-	435 425
Despesas de capital	31 821	-	-	31 821
	2 776 578	359 587	-	3 136 165

31. Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros negociados em mercados activos na data do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou no preço cotado por operadores de mercado (preço oferecido para posições longas e preço pedido para posições curtas), sem nenhuma dedução dos custos da operação. Para todos os outros instrumentos financeiros não cotados num mercado activo, o justo valor é determinado usando técnicas próprias de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor actual líquido, comparação com instrumentos equiparados para os quais existam preços de mercado observáveis, modelos de fixação de preços de opções e outros modelos de avaliação relevantes. Tais instrumentos financeiros inicialmente são reconhecidos ao preço da transacção, que é o melhor indicador de justo valor, embora o valor obtido do modelo relevante de avaliação pode diferir. A diferença entre o preço de transacção e o valor modelo, comumente refere-se como "lucro ou perda do primeiro dia", ou é amortizado sobre a vida da transacção, deferido até que o justo valor do instrumento possa ser determinado usando entradas observáveis do mercado, ou realizado através de acordo.

A tabela a seguir representa uma análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor pelo nível da classificação hierárquica ao justo valor:

31.12.2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mensuração do justo valor recorrentes em activos financeiros				
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	1 710 670	-	1 710 670
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	7 261 200	7 261 200
	-	1 710 670	7 261 200	8 971 870

Mensuração do justo valor recorrentes em passivos financeiros

Depósitos e contas correntes	-	-	12 848 242	12 848 242
	-	-	12 848 242	12 848 242

Durante o período corrente do relatório, não houve activos ou passivos mensurados ao justo valor em uma base não-recorrente.

31.12.2015

Mensuração do justo valor recorrentes em activos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	2 090 578	-	2 090 578
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	7 471 268	7 471 268
	-	2 090 578	7 471 268	9 561 846

Mensuração do justo valor recorrentes em passivos financeiros

Depósitos e contas correntes	-	-	10 538 553	10 538 553
	-	-	10 538 553	10 538 553

Mensuração do justo valor recorrentes em activos não financeiros

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Imóveis	-	-	381 852	381 852
	-	-	381 852	381 852

31.12.2015

Mensuração do justo valor recorrentes em activos não financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Imóveis	-	-	374 203	374 203
	-	-	374 203	374 203

A tabela a seguir representa os justos valores dos instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor na demonstração da posição financeira, mas para a qual é necessária a divulgação do justo valor para todos os outros instrumentos que se igualam ao justo valor ou que tenha uma aproximação razoável do justo valor.

	Valor contabilístico		Justo valor	
	2016	2015	2016	2015
Activos financeiros				
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	1 710 670	2 090 578	1 710 670	2 090 578
Créditos e adiantamentos a clientes	7 149 626	7 702 338	7 261 200	7 471 268
	8 860 296	9 792 916	8 971 870	9 561 846
Passivos financeiros				
Depósitos e contas correntes	12 596 316	10 331 915	12 848 242	10 538 553
	12 596 316	10 331 915	12 848 242	10 538 553

O justo valor de instrumentos não cotados, tais como empréstimos e créditos a clientes e depósitos e contas correntes são mensurados descontando os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e vencimentos remanescentes. O justo valor dos imóveis foi obtida através da abordagem de custo de reposição, com base num preço por metro quadrado de 71 USD.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em milhares de Meticais

O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, tais como aplicações de activos financeiros detidos até à maturidade, créditos e adiantamentos a clientes e depósitos e contas correntes são obtidos através do valor presente.

Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes do Tesouro variando entre 18% a 27,6%. Os passivos financeiros são descontados através da FPC, variando entre 10,75% a 23,25%. As margens de crédito são apresentadas entre um intervalo de 2,5% a 6%.

32. Risco Operacional

O Risco operacional resulta, essencialmente, de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, por comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização tais como legais e regulamentares.

Diferentemente de outros tipos de risco, o risco operacional é um risco que não é assumido deliberadamente durante a actividade. Existe em graus variados, em todas as actividades organizacionais. As principais fontes desse risco incluem:

- Fraude;
- Cumprimento dos regulamentos;
- Recrutamento;
- Formação e retenção de talento;
- Confiança nos processos operacionais;
- Segurança dos sistemas de informação;
- Subcontratação de operações;
- Dependência em fornecedores chave;
- Implementação de mudanças estratégicas;
- Erro humano;
- Qualidade dos serviços; e
- Impacto social e ambiental.

O risco operacional pode ser dividido entre frequência elevada / severidade baixa, isto é, eventos que podem ocorrer de forma regular mas que expõem o banco a um baixo nível de perdas; e baixa frequência / alta severidade, que constituem eventos que são por norma raros, mas que a sucederem podem acarretar perdas significativas para a organização.

O banco esforça-se por reduzir estes riscos através da manutenção de uma estrutura empresarial e de sistemas de controlo interno fortes, complementados por um sistema de valor saudável. A direcção é responsável pela introdução e manutenção de processos e procedimentos operacionais eficientes, encontrando-se estes documentados em diversos manuais, os quais são objecto de revisão periódica por forma a contemplar alguma necessidade de mudança. O Departamento de Auditoria Interna revê a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à gestão sempre que tal seja aplicável.

A responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos que permitem mitigar o risco operacional é dos gestores seniores de cada unidade de negócio. Esta responsabilidade é suportada por procedimentos formais e informais, tais como:

- Segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Reconciliação e monitoramento de transacções;
- Cumprimento de requisitos legais e regulamentares;
- Documentação de controlos e procedimentos;
- Verificação periódica dos riscos operacionais e adequação dos controlos e procedimentos de mitigação dos riscos;
- Reporte regular das operações financeiras e operacionais e proposta de desenvolvimento do plano de contingências;
- Formação e desenvolvimento profissional; e
- Implementação de normas sobre ética.

33. Risco de solvência

O capital e a manutenção de níveis adequados de reservas são evidência do compromisso dos accionistas em assegurar a continuidade das operações e a solvência do banco. O risco de solvência é medido pelo rácio de adequação de capital, o qual requer que o capital seja mantido em relação às classificações do risco ponderado do activo. O banco e os seus accionistas assumiram o compromisso de reter um capital suficiente para manter o rácio de adequação acima dos níveis exigidos pelo Banco de Moçambique, o qual se encontra fixado em 8%. O rácio de solvabilidade do banco em 31 de Dezembro de 2016 era de 13,54% (2015: 15,69%).

34. Gestão do capital

Os objectivos do banco relativamente à gestão do capital (que é um conceito mais amplo do que os fundos próprios evidenciados no balanço), são:

- Cumprir com os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique, instituição responsável pela regulação do sector de actividade onde o banco opera;
- Salvaguardar a capacidade do banco em termos de continuidade das suas operações de forma que possa continuar a gerar resultados para os accionistas e benefícios aos restantes interessados, e
- Manter uma forte estrutura de capital que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

A adequação dos níveis de capital e a sua manutenção para efeitos reguladores é objecto de monitoria regular por parte da direcção do banco, utilizando esta, para o efeito, técnicas baseadas nas instruções recebidas do Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o Banco Central numa base mensal. O Banco Central requer que cada banco ou grupo financeiro:

- Mantenha um valor mínimo de capital regulamentar no montante de 70.000.000 de Meticais; e
- Mantenha um rácio de adequação do capital regulamentar igual ou superior a um mínimo de 8%.

O capital regulamentar do banco é apurado de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto nos Avisos nºs. 11/GBM/2013 até 16/GBM/2013 do Banco de Moçambique. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de Base (Tier I) com os fundos próprios complementares (Tier II):

- Fundos próprios de base ou capital Tier I: capital social (líquido do valor escriturado das acções), ganhos relativos a interesses minoritários decorrentes do processo de consolidação, lucros acumulados e reservas criadas pela aplicação de resultados retidos. O valor contabilístico do goodwill, quando aplicável, é deduzido para efeitos de determinação do valor do capital Tier I; e
- Fundos próprios complementares ou Capital Tier II: são constituídos essencialmente por empréstimos subordinados, provisões para perda de imparidade colectiva e ganhos potenciais gerados pela valorização ao justo valor de instrumentos de capital classificados como disponíveis-para-venda.

O risco ponderado dos activos é mensurado por meio de uma classificação hierárquica de cinco ponderadores de risco, classificados de acordo com a natureza, e reflectindo uma estimativa do crédito, mercado e outros riscos associados de cada activo e de cada contraparte, tendo ainda em consideração qualquer garantia ou colateral elegível. Tratamento idêntico é adoptado relativamente às exposições não reconhecidas no balanço, com ligeiros ajustamentos, por forma a reflectirem as perdas potenciais face à natureza da contingência.

O quadro abaixo sumariza a decomposição do capital regulamentar e os rácios do banco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015. Durante estes dois anos, o banco cumpriu integralmente com todos os requisitos a que esteve sujeito em termos do seu capital.

Acções ordinárias

Reservas

Resultados transitados

Capital Tier 1

Activos intangíveis

Resultados negativos do exercício em curso

Passivos subordinados

Excesso do limite de crédito

Outras deduções ao crédito

Total das Deduções

Capital regulamentar

Exposições registadas no balanço

Exposições não registadas no balanço

Risco operacional

Risco de mercado

Total do risco ponderado dos activos

Rácio de solvabilidade

A 31 de Dezembro de 2016 o banco reduziu o montante dos seus fundos próprios no valor de 399.332 milhares de Meticais de acordo com as indicações do Banco Central.

31.12.2016	31.12.2015
1 957 547	1 957 547
145 230	108 918
356 893	151 125
2 459 670	2 217 590
(48 259)	(53 232)
(320 925)	-
71 350	45 900
1 540	1 363
(399 332)	(471 829)
(695 626)	(477 798)
1 764 044	1 739 792
11 355 967	9 679 996
1 061 868	1 223 331
173 173	123 520
434 531	64 414
13 025 539	11 091 261
13,54%	15,69%

Ajudamos a Investir num futuro melhor

As suas poupanças estão sempre seguras no FNB



FNB
First National Bank

O FNB Moçambique é uma subsidiária do grupo FirstRand, que é a maior instituição financeira em África, por capitalização de mercado.

como podemos ajudar?

FNB
First National Bank